



Boletim Econômico

Este boletim apresenta um resumo das principais receitas do Estado de Goiás, incluindo a Receita Corrente Líquida, a Receita Total, a Arrecadação Bruta, a Execução Orçamentária e o Resultados Orçamentário.

Atualizado no mês desta edição.

Edição de março de 2026



A edição de março de 2026 apresenta os principais destaques da arrecadação estadual, com foco no desempenho do ICMS por setores macroeconômicos, além dos resultados do IPVA, ITCD, PROTEGE, FUNDEINFRA e das Transferências Constitucionais.

No campo das despesas, o boletim detalha a execução orçamentária, contemplando as etapas de dotação, empenho, liquidação e pagamento, bem como a distribuição por grupos de despesa e funções econômicas.

Em março de 2026, o Estado de Goiás registrou uma Receita Total acumulada de R\$ 12,23 bilhões, resultado que representa um crescimento acumulado de 5,74% em relação ao mesmo período do ano anterior. No mesmo período, as despesas liquidadas somaram R\$ 11,35 bilhões, gerando um Resultado Orçamentário de R\$ 888,26 milhões.

A Receita Corrente Líquida acumulada em 12 meses atingiu R\$ 45,96 bilhões, representando um crescimento de 5,47%.

Renata Lacerda Noleto
Secretária de Estado da Economia

SUMÁRIO

1. Receita Orçamentária	7
1.1 Receita Total (RT)	8
1.2 Transferências Correntes	10
2. Arrecadação Tributária	11
2.1 Arrecadação bruta do ICMS	12
2.2 Análise por Setor	13
2.3 Arrecadação bruta do IPVA	20
2.4 Arrecadação bruta do ITCD	21
2.5 Recuperação de Créditos	22
2.6 Arrecadação do PROTEGE	23
2.7 Arrecadação do FUNDEINFRA	24



SUMÁRIO

3. Execução Orçamentária	25
3.1 Despesa Empenhada (Incluindo Poderes)	26
3.2 Despesa Empenhada (Apenas Executivo)	28
3.3 Despesa Liquidada	30
3.4 Mínimos Constitucionais	31
4. Principais Resultados	33
4.1 Resultado Orçamentário	34
4.2 Resultado Primário	35
4.3 Receita Corrente Líquida (RCL)	36
4.4 Despesa com Pessoal sobre RCL	37
4.5 Disponibilidade de Caixa	38



Desempenho da Receita Estadual em março de 2026

O Estado de Goiás registrou uma receita total de R\$ 12,23 bilhões de janeiro a março de 2026, representando um crescimento de 5,74% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando as Receitas Orçamentárias Líquidas, após as transferências para os municípios e para o FUNDEB, o ICMS apresentou um aumento de R\$ 639,48 milhões (15,80%) na comparação com o mesmo período de 2025. As receitas do IPVA registraram um crescimento acumulado de R\$ 21,89 milhões (6,73%), enquanto o ITCD apresentou uma queda de arrecadação de R\$ -34,08 milhões (-18,65%).

Elevação das transferências correntes

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) são importantes fontes de receita oriundas de transferências correntes do Governo Federal. No acumulado de janeiro a março de 2026, o FPE registrou montante de R\$ 1,31 bilhão, enquanto o FUNDEB acumulou R\$ 1,28 bilhão. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o FPE apresentou crescimento de 10,10% e o FUNDEB aumento de 24,28%.

Arrecadação bruta em março de 2026

A arrecadação bruta do ICMS de janeiro a março de 2026 apresentou um crescimento de 12,74% em relação ao mesmo período de 2025, alcançando R\$ 7,80 bilhões, contra R\$ 6,92 bilhões do ano anterior. Esse resultado foi impulsionado pelos seguintes setores: Combustíveis, que apresentou aumento de 31,28%, devido a atualização das alíquotas do ICMS monofásico, a evolução dos volumes comercializados e a alteração no calendário de recolhimento implementada em 2025; Energia Elétrica, a arrecadação registrou incremento de 38,29%, influenciado por fatores como o reajuste tarifário e os efeitos do programa "Negocie Já II"; e Comunicação (28,56%), influenciada pela regularização de débitos e pelo fortalecimento das atividades de monitoramento fiscal.

Destaque na arrecadação bruta do IPVA, ITCD e FUNDEINFRA

No acumulado de janeiro a março de 2026, a arrecadação bruta do IPVA foi de R\$ 871,60 milhões (+5,60% em relação a 2025). O ITCD somou R\$ 193,60 milhões (-15,94%). Já o FUNDEINFRA arrecadou R\$ 53,75 milhões, queda de 73,13% frente ao mesmo período de 2025 (R\$ 200,05 milhões), em razão do encerramento da contribuição pela Lei nº 24.133/2026.

Investimentos em saúde e educação

Na aplicação de recursos vinculados, a área da saúde registrou R\$ 3,28 bilhões em despesas empenhadas. Já na educação, de janeiro a março de 2026 foram empenhados, com Recursos de Impostos (exceto FUNDEB), R\$ 1,29 bilhão, enquanto as Despesas custeadas com recursos do FUNDEB, somaram R\$ 1,19 bilhão. Assim, o valor total aplicado em educação alcançou R\$ 2,48 bilhões.

Principais resultados fiscais

O Estado apresentou superavit orçamentário e primário acumulado de R\$ 888,26 milhões e 102,21 milhões respectivamente no mês de março. A Receita Corrente Líquida atingiu R\$ 45,96 bilhões em março (acumulado dos últimos 12 meses), representando um crescimento de 5,47% em relação a 2025. Em relação ao indicador de Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida Ajustada, esse percentual ficou em 39,62%, abaixo do limite de alerta de 43,74%.

Por fim, a Disponibilidade de Caixa Bruta somou R\$ 12,45 bilhões. Após a dedução da parcela fora da Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), um montante de R\$ 2,74 bilhões, dos Restos a Pagar de R\$ 1,39 bilhões e de outras obrigações financeiras de R\$ 429,39 milhões, a Disponibilidade de Caixa Líquida da CUTE totalizou R\$ 7,90 bilhões.

1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

1.1	Receita Total (RT)	8
1.2	Transferências Correntes	10

Esta seção apresenta uma visão geral da arrecadação estadual, com ênfase na Receita Total de março de 2026, comparando-a ao mesmo período do ano anterior. Além disso, apresenta-se um panorama sintético das receitas orçamentárias, seguindo um formato semelhante ao do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Por fim, detalha-se as receitas oriundas das transferências correntes.



Receita Total (RT)

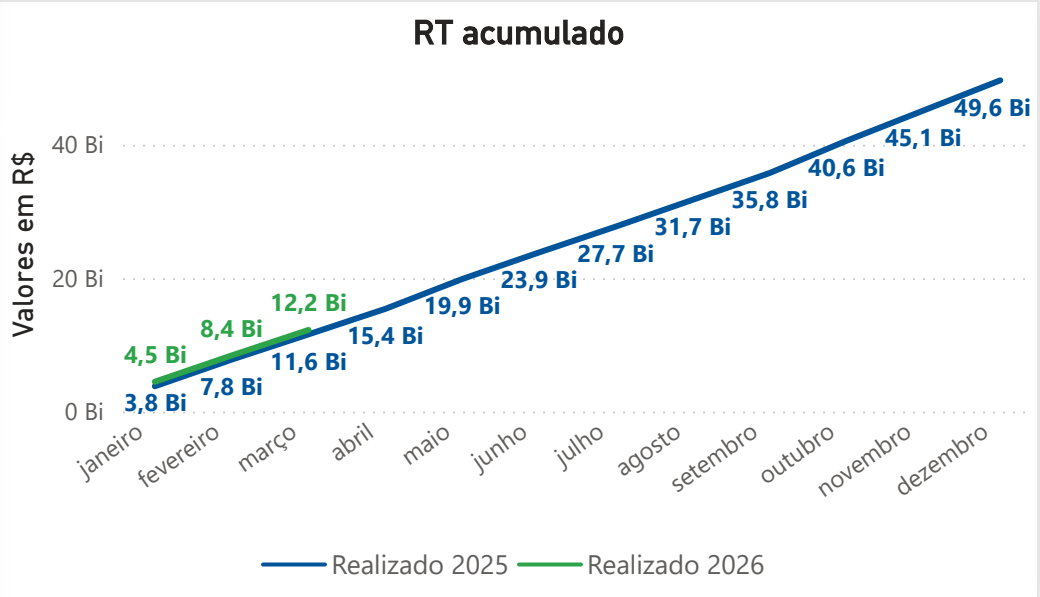
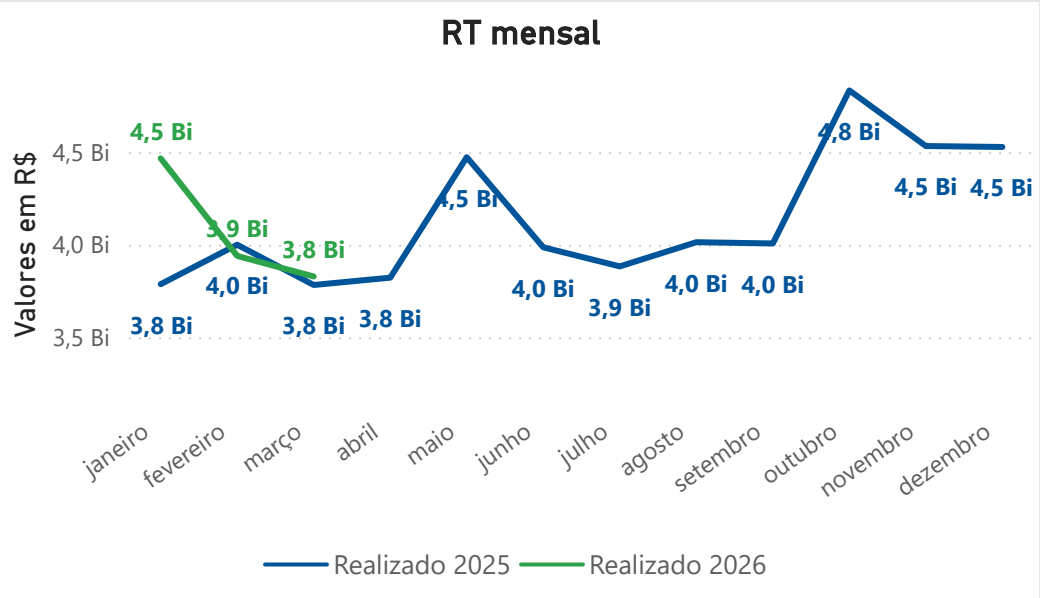
Acumulada e mensal

Mês	Mensal 2025	Mensal 2026	Acumulado 2025	Acumulado 2026	Diferença (%) Mensal		Diferença (%) Acumulado	
janeiro	3.787 Mi	4.466 Mi	3.787 Mi	4.466 Mi	▲	17,93%	▲	17,93%
fevereiro	4.000 Mi	3.940 Mi	7.788 Mi	8.406 Mi	▼	-1,51%	▲	7,94%
março	3.783 Mi	3.829 Mi	11.571 Mi	12.235 Mi	▲	1,21%	▲	5,74%
abril	3.822 Mi		15.393 Mi					
maio	4.473 Mi		19.866 Mi					
junho	3.986 Mi		23.852 Mi					
julho	3.883 Mi		27.735 Mi					
agosto	4.014 Mi		31.749 Mi					
setembro	4.007 Mi		35.756 Mi					
outubro	4.833 Mi		40.589 Mi					
novembro	4.533 Mi		45.122 Mi					
dezembro	4.528 Mi		49.649 Mi					

Em março de 2026, a Receita Total atingiu **R\$ 12,23 bilhões**, representando crescimento de **5,74%** em relação ao mesmo período do ano anterior. A Receita Total se divide em:

- Receitas Correntes, representando o montante de **R\$ 11,74 bilhões**;
- Receitas de Capital, representando o montante de **R\$ 40,88 milhões**.

Os detalhes estão na Tabela da página 9.



Receita Total (RT)

Resultado em março de 2026

Natureza de receita	Acumulado 2026 (Realizado até Mar)	Acumulado 2025 (Realizado até Mar)	Diferença (2026 - 2025)	Diferença % (2026 - 2025)
1. RECEITAS CORRENTES	11.737,44 Mi	11.115,14 Mi	622,30 Mi	5,60%
1.1. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.834,99 Mi	6.067,32 Mi	767,66 Mi	12,65%
ICMS	4.687,88 Mi	4.048,40 Mi	639,48 Mi	15,80%
IPVA	347,04 Mi	325,15 Mi	21,89 Mi	6,73%
ITCD	148,62 Mi	182,69 Mi	-34,08 Mi	-18,65%
IRRF	782,09 Mi	736,68 Mi	45,41 Mi	6,16%
Outras receitas tributárias	869,36 Mi	774,39 Mi	94,97 Mi	12,26%
1.2. CONTRIBUIÇÕES	503,56 Mi	483,69 Mi	19,87 Mi	4,11%
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	515,62 Mi	550,86 Mi	-35,24 Mi	-6,40%
1.4. RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00 Mi	0,01 Mi	-0,01 Mi	-85,01%
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS	49,64 Mi	42,79 Mi	6,85 Mi	16,01%
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.994,80 Mi	2.887,67 Mi	107,13 Mi	3,71%
Cota-Parte do FPE	1.309,35 Mi	1.189,18 Mi	120,16 Mi	10,10%
Cota-Parte do IPI - LC 61/1989	32,17 Mi	29,08 Mi	3,08 Mi	10,60%
Transferências do FUNDEB	1.283,30 Mi	1.032,55 Mi	250,75 Mi	24,28%
Outras Transferências Correntes	370,00 Mi	636,86 Mi	-266,86 Mi	-41,90%
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	838,82 Mi	1.082,80 Mi	-243,98 Mi	-22,53%
Contribuições ao PROTEGE	358,93 Mi	381,60 Mi	-22,67 Mi	-5,94%
FUNDEINFRA	53,72 Mi	208,13 Mi	-154,42 Mi	-74,19%
Demais Receitas Correntes	426,17 Mi	493,06 Mi	-66,89 Mi	-13,57%
2. RECEITAS DE CAPITAL	40,88 Mi	18,45 Mi	22,44 Mi	121,61%
2.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi	
2.2. ALIENAÇÃO DE BENS	1,45 Mi	1,44 Mi	0,01 Mi	0,76%
2.3. AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1,82 Mi	2,59 Mi	-0,77 Mi	-29,75%
2.3. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	37,59 Mi	14,40 Mi	23,19 Mi	161,03%
2.4. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,02 Mi	0,01 Mi	0,01 Mi	66,67%
Demais receitas primárias	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi	
RECEITA TOTAL LÍQUIDA (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA)	11.778,32 Mi	11.133,59 Mi	644,73 Mi	5,79%
Receitas Intraorçamentárias	456,59 Mi	436,96 Mi	19,63 Mi	4,49%
RECEITA TOTAL	12.234,91 Mi	11.570,55 Mi	664,37 Mi	5,74%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (S/ FONTES RPPS)	10.887,76 Mi	10.225,54 Mi	662,22 Mi	6,48%

Esta tabela traz uma fotografia mais detalhada das receitas estaduais contidas no Anexo 1 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) no mês de **março** de 2026.

Transferências Correntes

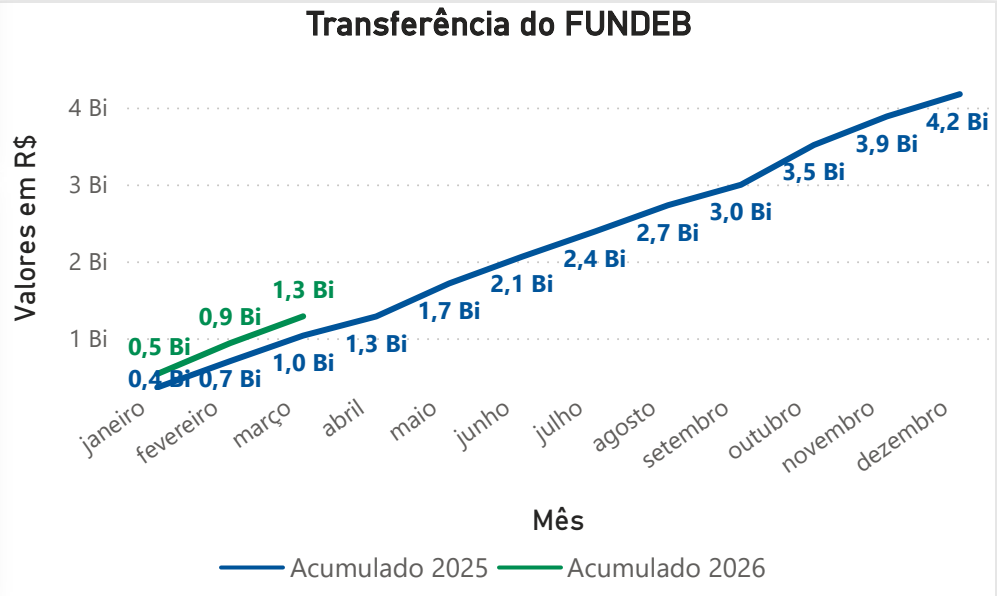
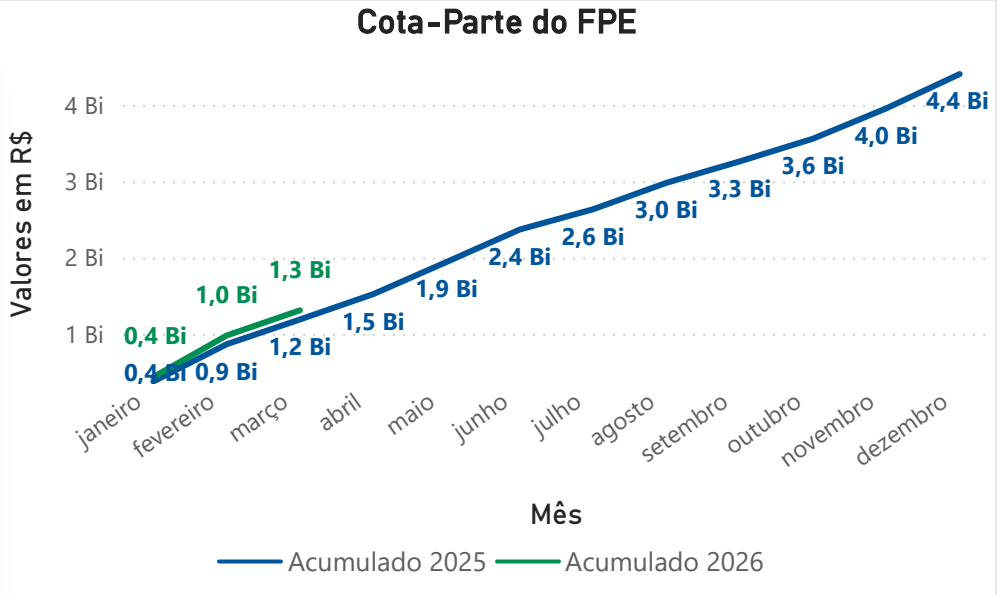
Resultado em março de 2026

PUBLICADO EM: 12/05/2026

Mês	Mensal 2025 (FPE)	Mensal 2026 (FPE)	Acumulado 2025 (FPE)	Acumulado 2026 (FPE)	Mensal 2025 (FUNDEB)	Mensal 2026 (FUNDEB)	Acumulado 2025 (FUNDEB)	Acumulado 2026 (FUNDEB)
janeiro	375,94 Mi	434,17 Mi	375,94 Mi	434,17 Mi	358,06 Mi	533,23 Mi	358,06 Mi	533,23 Mi
fevereiro	488,38 Mi	544,74 Mi	864,31 Mi	978,91 Mi	342,77 Mi	401,69 Mi	700,83 Mi	934,92 Mi
março	324,87 Mi	330,43 Mi	1.189,18 Mi	1.309,35 Mi	331,72 Mi	348,38 Mi	1.032,55 Mi	1.283,30 Mi
abril	332,28 Mi		1.521,47 Mi		248,93 Mi		1.281,48 Mi	
maio	421,85 Mi		1.943,32 Mi		429,11 Mi		1.710,59 Mi	
junho	425,62 Mi		2.368,93 Mi		347,93 Mi		2.058,52 Mi	
julho	265,67 Mi		2.634,61 Mi		328,27 Mi		2.386,80 Mi	
agosto	346,70 Mi		2.981,31 Mi		341,32 Mi		2.728,12 Mi	
setembro	280,75 Mi		3.262,05 Mi		266,24 Mi		2.994,37 Mi	
outubro	298,36 Mi		3.560,42 Mi		517,11 Mi		3.511,48 Mi	
novembro	397,73 Mi		3.958,15 Mi		371,47 Mi		3.882,95 Mi	
dezembro	449,31 Mi		4.407,46 Mi		289,83 Mi		4.172,78 Mi	

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) são importantes fontes de transferência de recursos para os estados. No mês de março de 2026, o FPE registrou montante de **R\$ 1,31** bilhão, enquanto o FUNDEB acumulou **R\$ 1,28** bilhão. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o FPE apresentou crescimento de **10,10%** e o FUNDEB aumento de **24,28%**.

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) é diretamente influenciado pela arrecadação dos principais tributos federais que o compõem, notadamente o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Por sua vez, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) é financiado a partir de parcelas de tributos estaduais, como o ICMS, IPVA e ITCD. Os recursos arrecadados são redistribuídos entre os entes subnacionais com base em critérios que buscam promover maior equidade na oferta da educação básica.



2. ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

2.1	Arrecadação bruta do ICMS	13
2.2	Análise por Setor	14
2.3	Arrecadação bruta do IPVA	20
2.4	Arrecadação bruta do ITCD	21
2.5	Recuperação de Créditos	22
2.6	Arrecadação do PROTEGE	23
2.7	Arrecadação do FUNDEINFRA	24

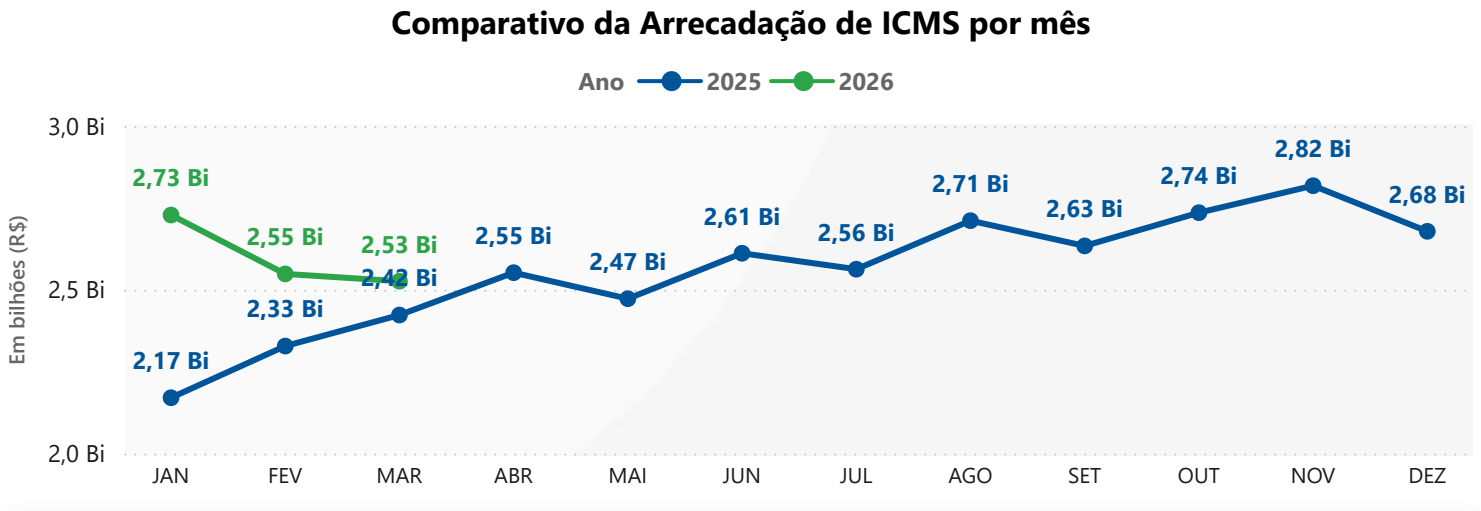
Esta seção apresenta a arrecadação bruta estadual, com destaque para os principais tributos: ICMS, segmentado pelos principais macrossetores, além de IPVA e ITCD. Ao final, apresenta-se informações sobre o programa de recuperação de crédito, a arrecadação destinada ao fundo PROTEGE e ao FUNDEINFRA. Os dados são fornecidos pela Superintendência de Informações Fiscais.



Arrecadação bruta do ICMS

Comparativo entre exercícios

PUBLICADO EM: 12/05/2026



Arrecadação do ICMS por segmento econômico (2025 x 2026)				
Segmento Econômico	ICMS (Acum. 2025)	ICMS (Acum. 2026)	Variação Percentual	
COMBUSTÍVEL	1.609.961.791,59	2.113.519.703,62	▲	31,28%
COMÉRCIO ATACADISTA E DISTRIBUIDOR	1.420.641.233,30	1.497.554.400,44	▲	5,41%
COMÉRCIO VAREJISTA	1.239.116.399,60	1.257.001.972,98	▲	1,44%
COMUNICAÇÃO	128.501.949,47	165.196.379,97	▲	28,56%
ENERGIA ELÉTRICA	506.891.653,00	700.967.840,03	▲	38,29%
EXTRATOR MINERAL OU FÓSSIL	24.390.189,19	15.727.906,36	▼	-35,52%
INDÚSTRIA	1.334.476.881,93	1.378.890.127,22	▲	3,33%
OUTRAS	328.502.215,30	340.620.944,45	▲	3,69%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	200.108.507,07	220.311.225,16	▲	10,10%
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	128.422.232,47	112.657.891,61	▼	-12,28%
Total	6.921.013.052,92	7.802.448.391,84	12,74%	

Arrecadação de ICMS por mês

Mês	Arrecadação ICMS (2025)	Arrecadação ICMS (2026)	Variação Percentual	
JAN	2.170.205.091,01	2.728.071.023,84	▲	25,71%
FEV	2.328.013.889,40	2.548.315.806,67	▲	9,46%
MAR	2.422.794.072,51	2.526.061.561,33	▲	4,26%
Total	6.921.013.052,92	7.802.448.391,84	12,74%	

No mês de março de 2026, a arrecadação de ICMS totalizou **R\$ 2,52 bilhões**, registrando crescimento de **4,26%** em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do primeiro trimestre, a arrecadação alcançou **R\$ 7,80 bilhões**, o que representa expansão de **12,74%** frente ao mesmo intervalo de 2025.

O desempenho observado no período foi influenciado, principalmente, pelo avanço em segmentos específicos. O setor de combustíveis manteve-se como principal vetor de crescimento, com expansão acumulada de **31,28%**, refletindo, sobretudo, a atualização das alíquotas do ICMS monofásico, a evolução dos volumes comercializados e os efeitos da alteração no calendário de recolhimento implementada em 2025.

Adicionalmente, no mês de março, o setor de energia elétrica apresentou crescimento de **19,54%**, impulsionado pelo reajuste tarifário aplicado à principal distribuidora do estado, pela quitação de créditos tributários no âmbito do programa “Negocie Já II” e pelo aumento da percepção de risco decorrente da intensificação das ações de fiscalização. No mesmo sentido, o segmento de comunicação registrou expansão de **9,62%**, também influenciada pela regularização de débitos e pelo fortalecimento das atividades de monitoramento fiscal.

Entre os setores de maior representatividade, a indústria apresentou estabilidade no período, com leve variação de **0,04%**, mantendo trajetória de crescimento moderado no acumulado do ano. O comércio atacadista e distribuidor registrou expansão de **0,16%**, enquanto o comércio varejista apresentou crescimento de **5,27%**.

Análise do Setor

Combustível

PUBLICADO EM: 12/05/2026

Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Combustíveis (GCOM)

ICMS Arrecadado pelo Setor: Março

677.016.271,65

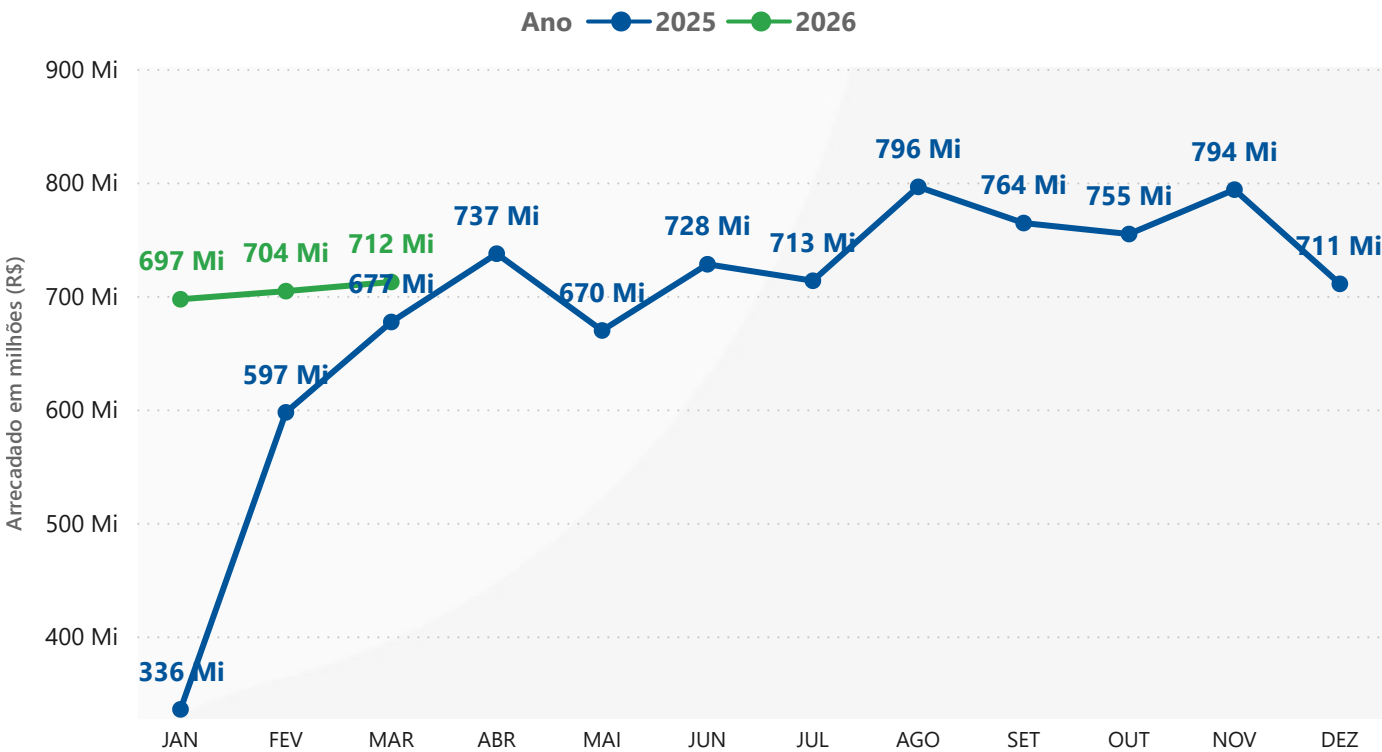
2025

712.281.430,77

2026

5,21%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



O crescimento de **31,28%** na arrecadação acumulada de 2026, em comparação ao mesmo período do ano anterior, decorre, em grande medida, da alteração no calendário de pagamentos dos contribuintes do setor, implementada no início de 2025. Com o novo cronograma, o recolhimento de parcela relevante do ICMS, anteriormente realizado no próprio mês da operação, passou a ocorrer até o décimo dia do mês subsequente. Essa mudança resultou na compressão da base de comparação de janeiro de 2025, primeiro mês de vigência da nova sistemática, o que contribui para acentuar o crescimento observado na arrecadação do período corrente.

No que se refere ao resultado de março, em comparação ao mesmo mês do ano anterior, observou-se crescimento de **5,21%**, influenciado, principalmente, pela atualização das alíquotas *ad rem* do ICMS monofásico e pela evolução dos volumes comercializados.

No intervalo analisado, as alíquotas do ICMS monofásico foram reajustadas a partir de 1º de janeiro de 2026 (Convênios ICMS nº 112/25 e 113/25), com aumentos para gasolina e etanol anidro (**6,8%**), bem como para óleo diesel e biodiesel (**4,5%**) e para o GLP (**5,8%**). Tais alterações impactaram positivamente a arrecadação nos meses subsequentes, contribuindo de forma relevante para o resultado observado em março de 2026.

Por fim, os volumes de gasolina e GLP destinados ao consumo em Goiás em fevereiro de 2026 apresentaram crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior (**15,7%** e **0,1%**, respectivamente), em contraste com a retração observada nos volumes de etanol hidratado e óleo diesel (**-16,6%** e **-8,0%**, respectivamente). No mesmo período, a comercialização de etanol anidro produzido em Goiás para outras unidades da Federação registrou aumento de **3,7%**. Em conjunto, esses fatores contribuíram para o desempenho verificado na arrecadação do setor no mês de março de 2026.

Análise do Setor

Energia Elétrica

ICMS Arrecadado pelo Setor: Março

Subsecretaria da Receita Estadual
Gerência de Substituição Tributária (GEST)

177.464.668,61

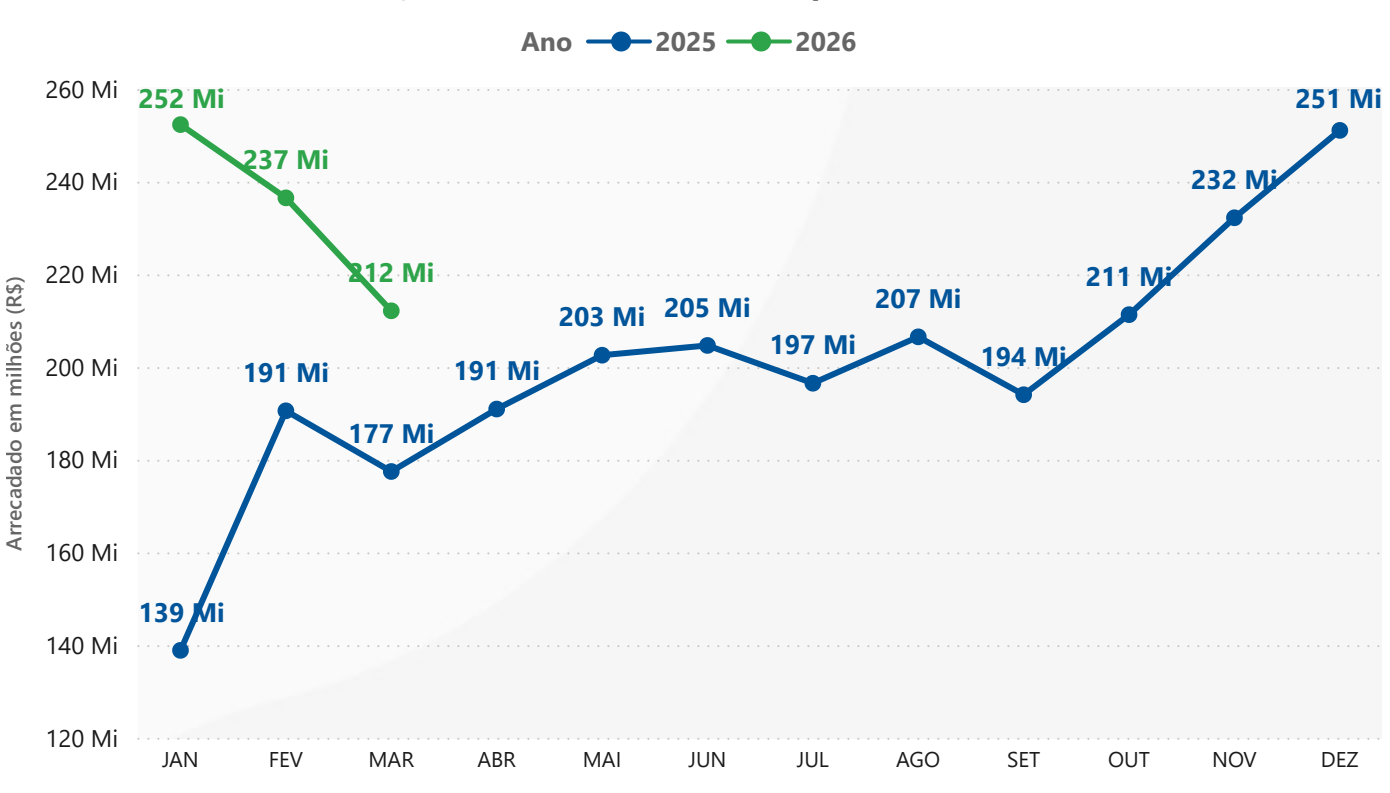
2025

212.138.992,69

2026

19,54%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Com a bandeira tarifária mantida em seu menor patamar nos dois períodos (bandeira verde), sem incidência de custo adicional ao consumidor, a receita total de ICMS referente às operações com energia elétrica no mês de março de 2026 (mês de referência: fevereiro/2026) apresentou crescimento de **19,54%** em relação à arrecadação registrada no mesmo período do ano anterior.

Esse desempenho decorre da predominância de fatores positivos sobre fatores negativos, conforme destacado a seguir:

Fatores positivos:

- Reajuste tarifário médio de **18,5%**, vigente a partir de 22/10/2025, aplicado à maior distribuidora de energia do estado de Goiás.
- Quitação de créditos tributários no âmbito do programa de anistia “Negocie Já II”, totalizando aproximadamente **R\$ 1,8 milhão** em março de 2026 por contribuintes do setor.
- Elevação da percepção de risco por parte dos contribuintes, em decorrência da intensificação dos procedimentos de fiscalização implementados, tais como monitoramento e ações fiscais.

Fator negativo:

- Crescimento do número de consumidores participantes do SCEE – Sistema de Compensação de Energia Elétrica, especialmente após a vigência da medida cautelar na ADI nº 5049774-14.2025.8.09.0000.

Análise do Setor

Comunicação

ICMS Arrecadado pelo Setor: Março

53.297.254,62

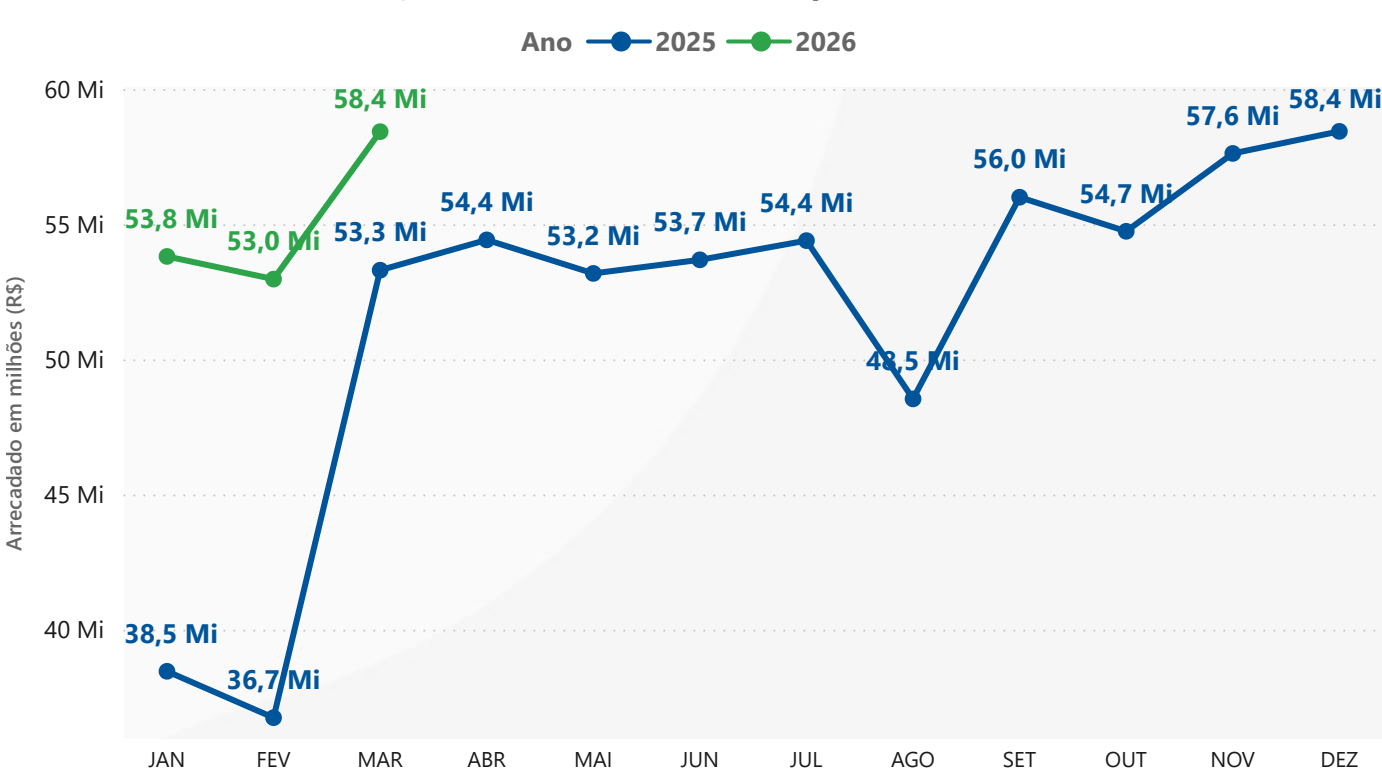
2025

58.422.571,70

2026

9,62%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Substituição Tributária (GEST)

A arrecadação de ICMS referente às prestações de serviços de comunicações apresentou crescimento de **9,62%** em relação à receita do mesmo período do ano anterior, resultado decorrente da predominância de fatores positivos, conforme detalhado a seguir:

- Quitação de créditos tributários no âmbito do programa de anistia “Negocie Já II”, totalizando aproximadamente **R\$ 1,7 milhão** em março de 2026 por contribuintes do setor.
- Elevação da percepção de risco por parte dos contribuintes, em decorrência da intensificação dos procedimentos de fiscalização implementados, tais como monitoramento e ações fiscais.

Análise do Setor

Indústria

ICMS Arrecadado pelo Setor: Março

442.691.418,03

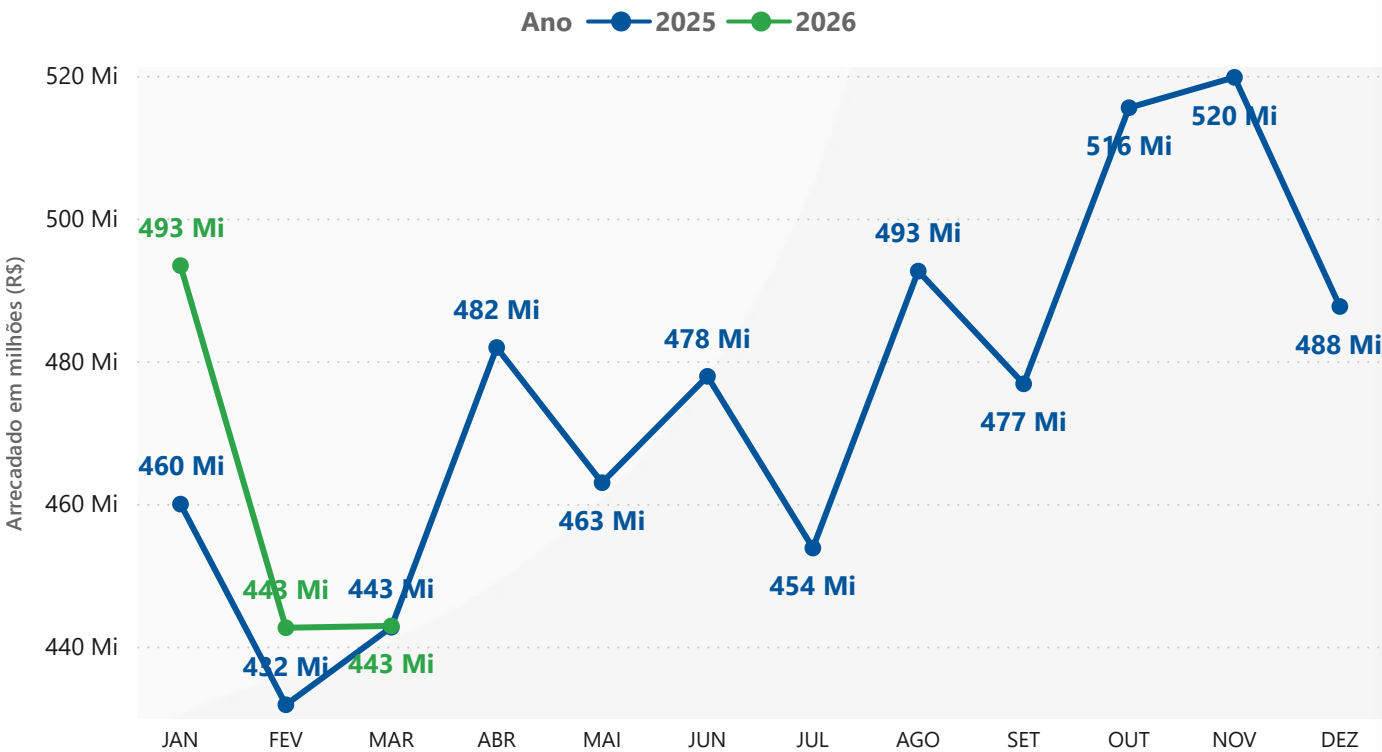
2025

442.883.122,19

2026

0,04%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Auditoria de Indústria e Atacado (GEAT)

O segmento industrial encerrou o mês de março de 2026 com arrecadação de ICMS no montante de **R\$ 442,8 milhões**. O resultado evidencia estabilidade nominal em relação ao mesmo período do ano anterior, configurando um cenário de consolidação após o crescimento expressivo de **13,50%** observado em março de 2025.

No panorama trimestral, o setor demonstra resiliência. O acumulado de janeiro a março totalizou **R\$ 1,37 bilhão**, sustentando expansão de **3,33%** frente ao primeiro trimestre do ano anterior.

O desempenho observado no estado de Goiás está alinhado ao contexto econômico nacional, caracterizado por maior cautela. Embora a produção industrial brasileira tenha apresentado variações positivas na margem, os indicadores da Confederação Nacional da Indústria (CNI) permanecem abaixo da linha de 50 pontos, sinalizando um ambiente de atividade moderada.

Entre os destaques positivos, sobressaem a indústria de bebidas, com crescimento de **17%**, o setor de vestuário, com alta de **15%**, e a indústria de alimentos, com avanço de **10%**.

Em sentido oposto, alguns segmentos registraram retração no período, com destaque para veículos e peças (**-18%**), carnes (**-18%**) e lácteos (**-14%**), evidenciando a atuação de forças adversas que limitaram um desempenho mais expressivo do setor.

No que concerne às perspectivas, o cenário para os próximos meses demanda monitoramento rigoroso. Apesar dos ajustes graduais na taxa Selic, a política monetária permanece em patamar restritivo, impactando o custo do crédito.

Adicionalmente, os dados da Sondagem Industrial da CNI indicam níveis retraídos de produção e emprego. O recuo nas expectativas de demanda, aliado à redução na intenção de investimento observada em março de 2026, sugere a manutenção de um ambiente de maior prudência para a indústria estadual no curto prazo.

Análise do Setor

Comércio Atacadista e Distribuidor

ICMS Arrecadado pelo Setor: Março

498.893.766,83

2025

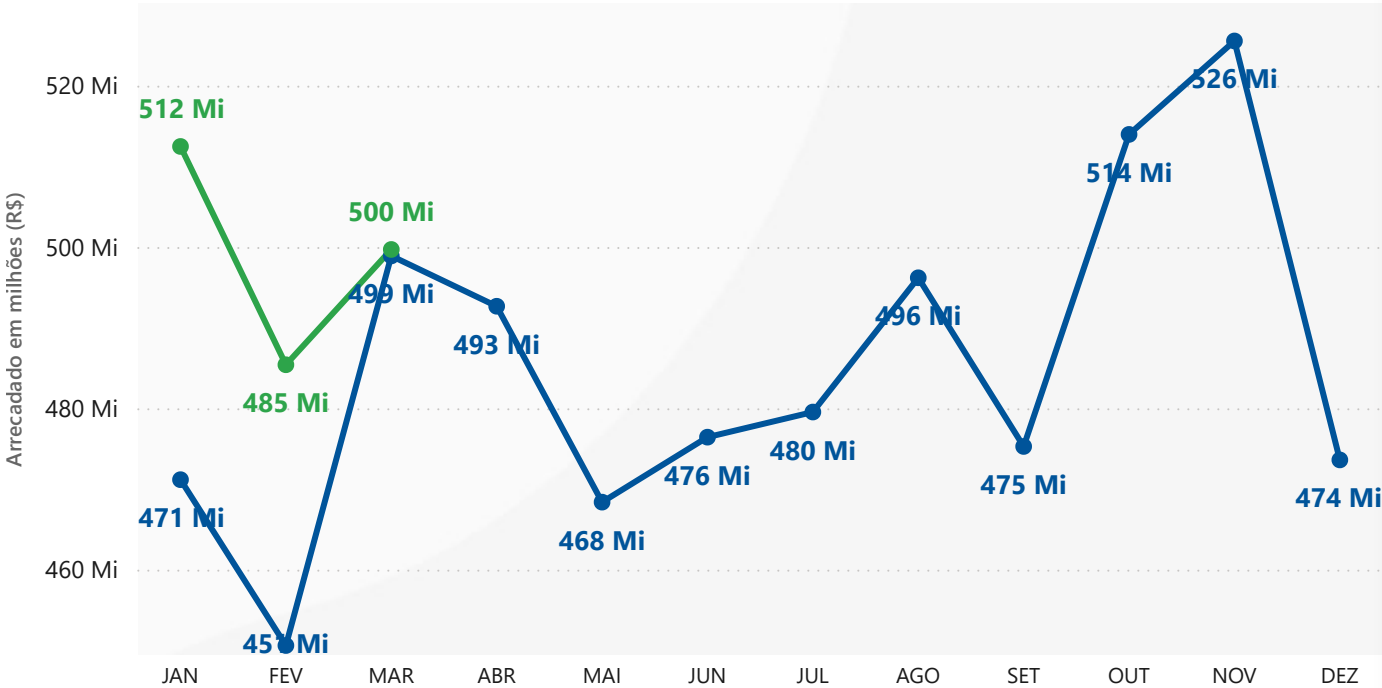
499.691.804,90

2026

0,16%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026

Ano ● 2025 ● 2026



Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Auditoria de Indústria e Atacado (GEAT)

O setor atacadista e distribuidor registrou arrecadação de ICMS no montante de **R\$ 499,7 milhões** em março de 2026. O resultado representa leve expansão de **0,16%** em relação ao mesmo período do ano anterior, consolidando o patamar elevado observado em 2025, quando o setor apresentou crescimento expressivo de **24%**.

No acumulado do primeiro trimestre, o desempenho mantém-se sólido. O setor atingiu **R\$ 1,49 bilhão**, o que corresponde a uma expansão de **5,41%** frente ao mesmo período do ano anterior.

A performance do setor reflete um ambiente caracterizado por forças mistas. De um lado, os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) indicam avanço na demanda do varejo nacional. De outro, o custo do capital permanece como um desafio.

No que se refere à política monetária, observa-se que, embora a taxa Selic tenha sido reduzida para **14,75%**, o Banco Central mantém o caráter restritivo, impactando diretamente a formação de estoques e o financiamento do capital de giro das empresas distribuidoras. Adicionalmente, no âmbito do fluxo internacional, as importações acumulam retração de **7,3%** no ano, sinalizando um comportamento mais cauteloso, ainda sujeito à consolidação dos dados mais recentes pelo MDIC.

Entre os destaques positivos, sobressaem os setores de químicos, higiene e papelaria (+12%), alimentos (+6%), e veículos e peças (+5%).

Em sentido oposto, alguns segmentos apresentaram retração relevante, com destaque para fumo (-36%), bebidas (-32%) e medicamentos e produtos hospitalares (-17%), evidenciando a influência de fatores adversos sobre o resultado agregado do setor.

No que concerne às perspectivas, o principal desafio para o próximo trimestre reside na manutenção da política monetária em patamar restritivo, o que eleva o custo do crédito e tende a desacelerar investimentos em infraestrutura logística. Adicionalmente, o recuo nas importações acende um alerta sobre o ritmo de reposição de cadeias produtivas globais no mercado interno.

Análise do Setor

Comércio Varejista

ICMS Arrecadado pelo Setor: Março

351.401.758,03

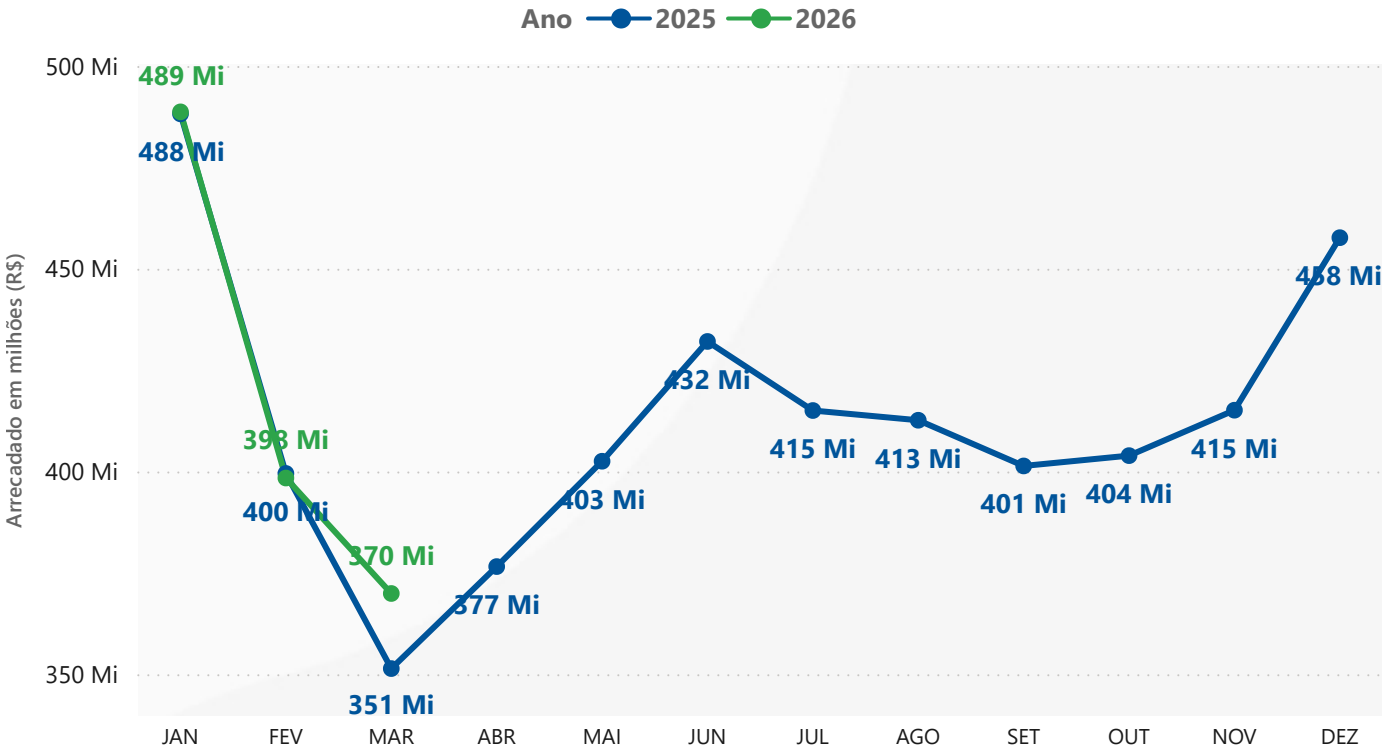
2025

369.919.811,12

2026

5,27%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Auditoria de Varejos e Serviços (GEAV)

O cenário econômico nacional nos primeiros meses do ano evidencia um consumidor mais cauteloso, que direciona parcela relevante de sua renda para despesas obrigatórias. Esse comportamento tem impactado, sobretudo, os segmentos de bens duráveis e semiduráveis, tradicionalmente mais sensíveis à redução do poder de compra das famílias.

Nesse contexto, a atividade varejista tende a enfrentar um período desafiador ao longo de 2026, em razão de um ambiente financeiro restritivo, caracterizado por juros elevados, crédito mais oneroso e elevado comprometimento da renda, fatores que continuam a limitar a expansão do consumo.

Em contraste com esse cenário nacional, a arrecadação do varejo goiano, no mês de março de 2026, referente ao imposto apurado em fevereiro, apresentou crescimento nominal de **5,27%** em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho mostrou-se superior à retração de **2,2%** observada nas vendas do varejo nacional, conforme o Índice de Vendas do Stone (IVS), bem como ao IPCA acumulado nos últimos doze meses, que registrou variação de **3,81%**.

A arrecadação das grandes empresas do varejo goiano apresentou desempenho expressivo, com destaque para o aumento do recolhimento espontâneo e da arrecadação de débitos inscritos em dívida ativa. Ressalta-se que os efeitos da prorrogação do programa “Negocie Já II” ainda não se refletiram de forma significativa nas receitas, ao passo que a inadimplência apresentou recuo no período analisado para essas empresas.

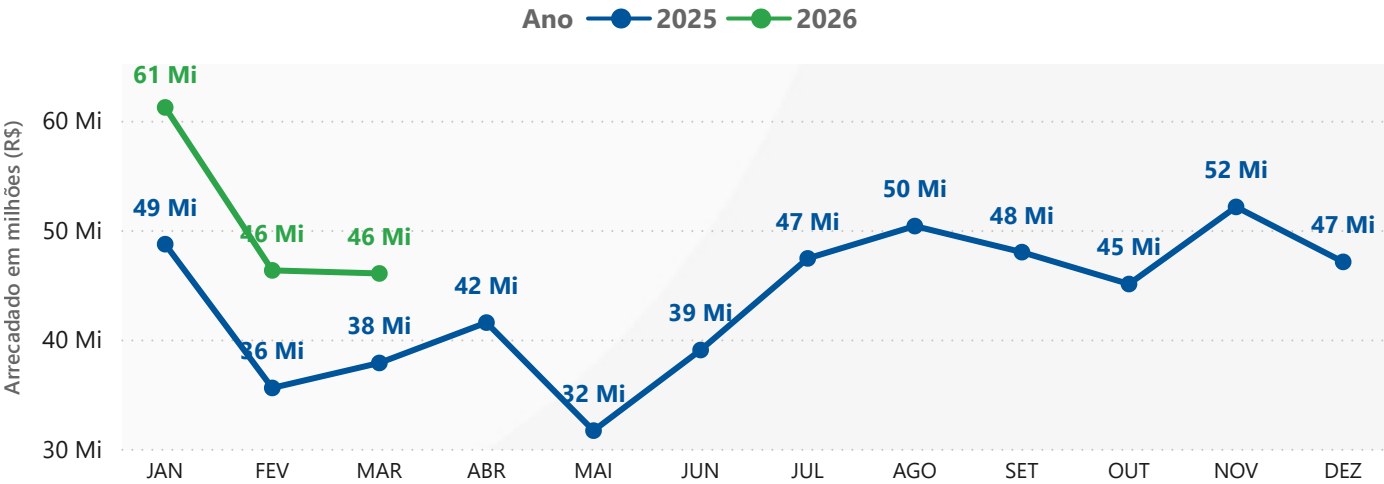
Entre os setores com resultado positivo no recolhimento do ICMS, destacaram-se Medicamentos e Produtos Hospitalares, Alimentos, Produtos de Higiene e Limpeza, bem como Móveis e Eletrodomésticos.

Em sentido oposto, registraram desempenho negativo os setores de Construção Civil, Calçados, Veículos e Autopeças, Vestuário e Transporte.

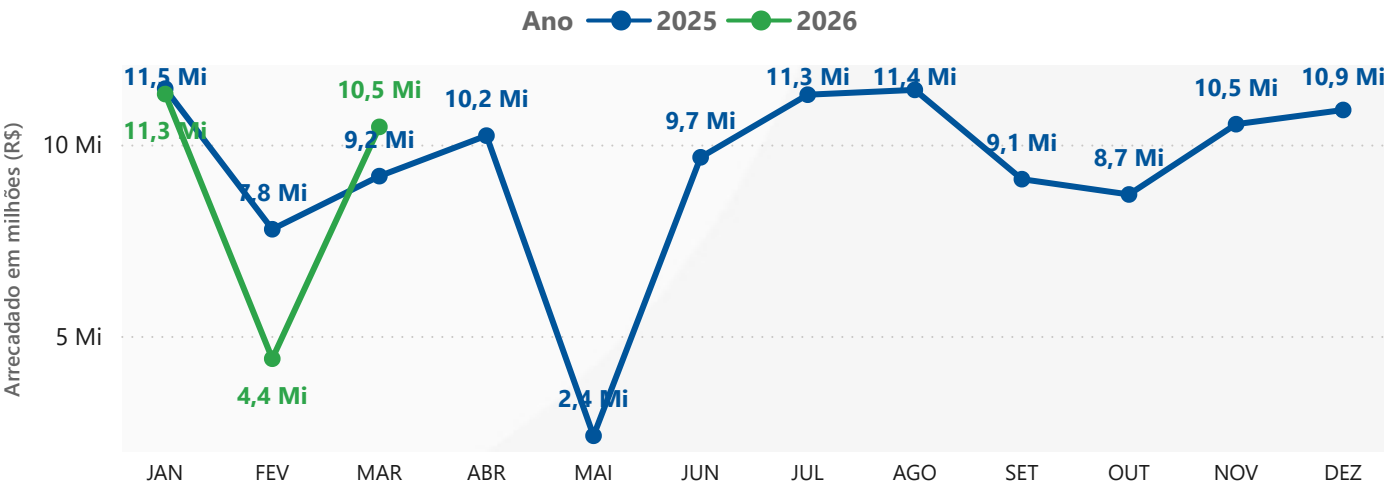
Arrecadação do ICMS

Operações de Importações

Arrecadação ICMS Importação (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Arrecadação ICMS Importação via Correios/Couriers (em R\$)



Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Auditoria das Operações de Comércio Exterior e SUFRAMA (GCES)

As operações de importação realizadas no mês de março de 2026 registraram redução aproximada de **20%** em comparação ao mês imediatamente anterior, passando de **490 milhões** para **405 milhões** de dólares. Ainda assim, a arrecadação de ICMS manteve-se no mesmo patamar observado em fevereiro, alcançando **46 milhões** de reais.

Embora, em um primeiro momento, possa aparentar haver incongruência entre a redução do valor importado e a manutenção da arrecadação, tal resultado pode ser explicado pela composição da pauta de importações. Aproximadamente **75%** do total importado concentram-se em **13 atividades** econômicas, com destaque para medicamentos, responsáveis por **37,5%** do total; partes e acessórios de veículos, incluindo motores a pistão, com **19%**; adubos ou fertilizantes, com **6,4%**; e máquinas agrícolas, inclusive tratores, com **4,8%**.

No mês de março, esse conjunto de atividades apresentou retração de **70 milhões** de dólares. Todavia, parcela significativa dessas operações são contempladas pelos programas de incentivo e benefícios fiscais, de modo que a expressiva redução observada não se reflete, de forma proporcional, na arrecadação do imposto.

Adicionalmente, o crescimento do volume de operações em diversos outros setores, aliado à elevação do tíquete médio, contribuiu para compensar a retração verificada nas principais atividades importadoras.

No que se refere às importações realizadas via courier/Correios, cumpre observar que o ICMS correspondente é repassado aos cofres públicos com prazo de **20 dias**. Assim, a arrecadação verificada em março depende, em grande medida, das mercadorias recebidas em fevereiro, ao passo que as operações realizadas em março produzirão efeitos mais evidentes na arrecadação do mês de abril. Nesse contexto, considerando que, em relação a fevereiro, houve um acréscimo de **6 milhões** de reais no valor arrecadado, é razoável projetar resultado ainda mais elevado em abril, tendo em vista que o número de pacotes recebidos em março foi **30%** superior.

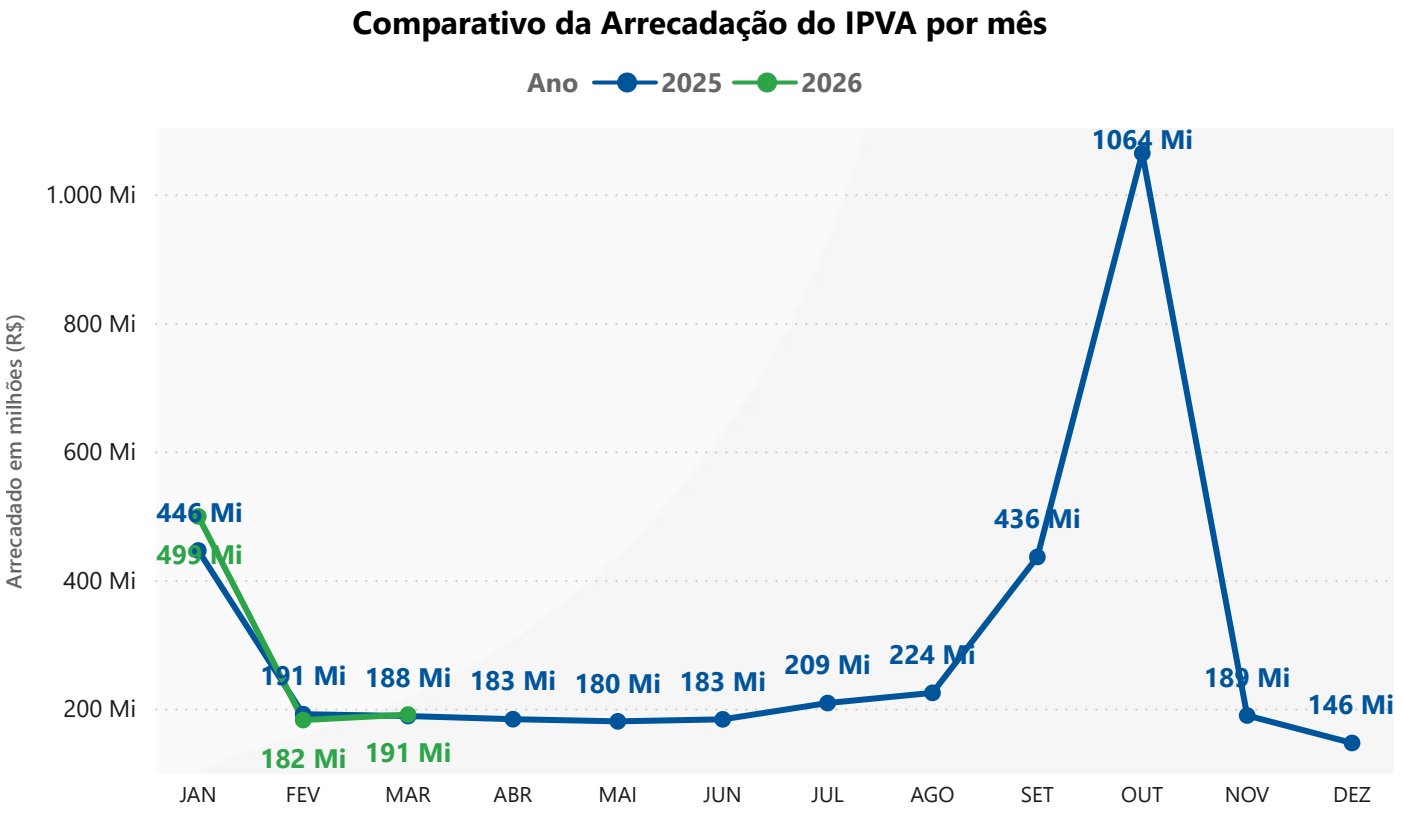
No tocante à balança comercial, o estado manteve resultado positivo, com saldo de **758,9 milhões** de dólares. Esse desempenho decorre de exportações que totalizaram **1,2 bilhão** de dólares, com forte concentração na soja, responsável por **55,9%** do total exportado. A China, por sua vez, permaneceu como principal parceira comercial do estado, absorvendo **53,1%** dos produtos destinados ao mercado externo.

Arrecadação bruta do IPVA

Comparativo entre exercícios

PUBLICADO EM: 12/05/2026

Subsecretaria da Receita Estadual Gerência do IPVA (GIPVA)



Em comparação com o mês de fevereiro, o valor de IPVA arrecadado em março teve um aumento de **8,5 milhões** de reais, representando **4,6%**.

Devido ao incremento da adesão à modalidade de pagamento antecipado, com concessão de desconto, no início do ano, é possível que os valores nos meses seguintes apresentem leve decréscimo. Além disso, o arrecadado em março situou-se **1,22%** acima do mesmo período do ano anterior, alcançando o valor de **190,59 milhões** de reais, um aumento de **2,2 milhões**.

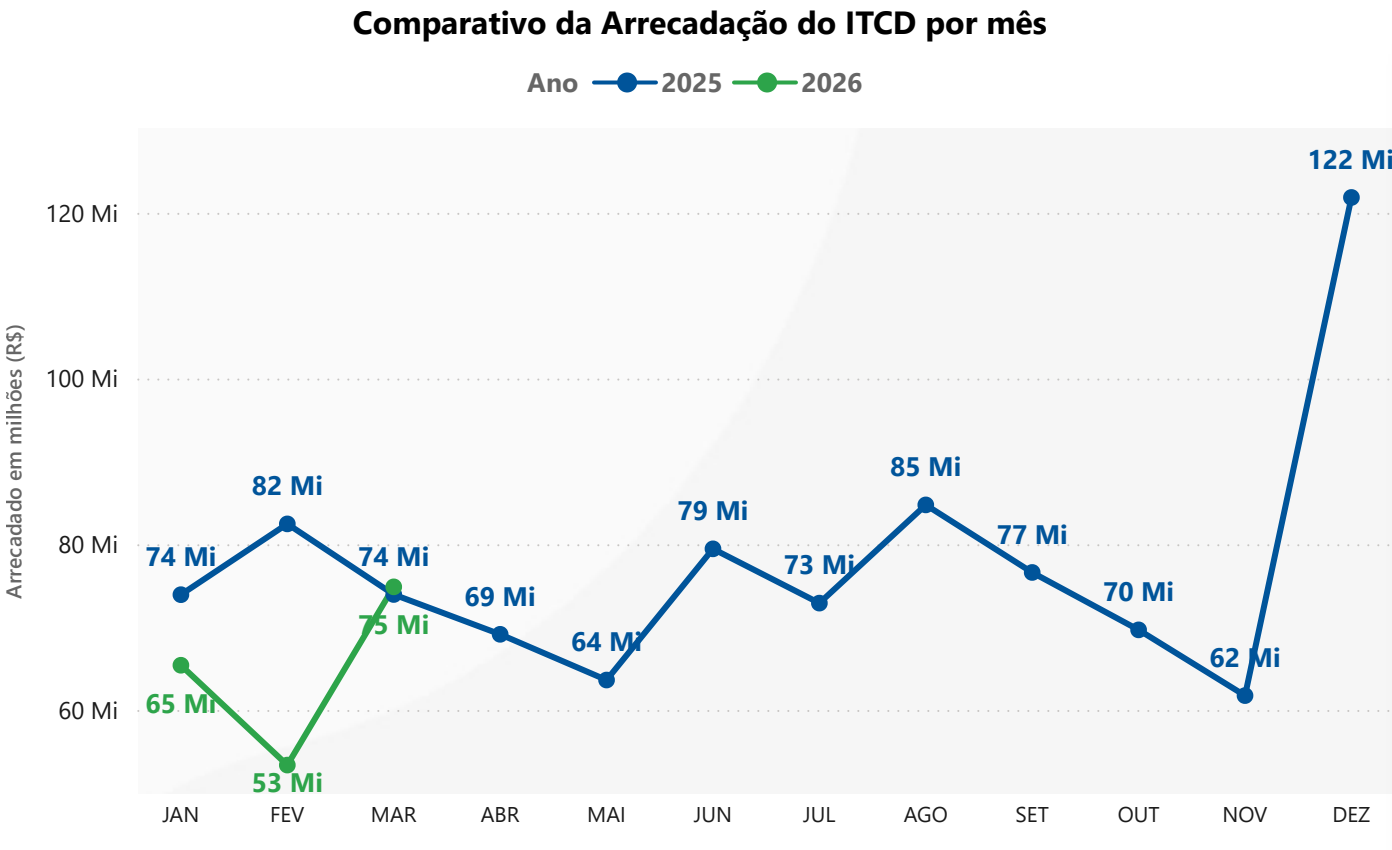
Por fim, a flexibilidade do parcelamento, que permite ao contribuinte efetuar o pagamento na data de emissão ou em qualquer momento até o vencimento, resulta em oscilações nos valores arrecadados nos meses intermediários.

Arrecadação do IPVA por mês			
Mês	Arrecadação IPVA (2025)	Arrecadação IPVA (2026)	Variação Percentual
JAN	445.855.448,09	498.942.282,52	▲ 11,91%
FEV	191.205.363,41	182.059.186,09	▼ -4,78%
MAR	188.295.490,76	190.589.823,21	▲ 1,22%
Total	825.356.302,26	871.591.291,82	5,60%

Arrecadação bruta do ITCD

Comparativo entre exercícios

Subsecretaria da Receita Estadual
Gerência do ITCD (GITCD)



O ITCD não apresenta trajetória regular de arrecadação, podendo ocorrer oscilações relevantes em comparação ao exercício anterior. De modo geral, a arrecadação observada no mês de março reflete, principalmente, as declarações concluídas em fevereiro, considerando que o Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (DARE) possui prazo de vencimento de 30 dias, além das declarações recebidas e quitadas no próprio mês.

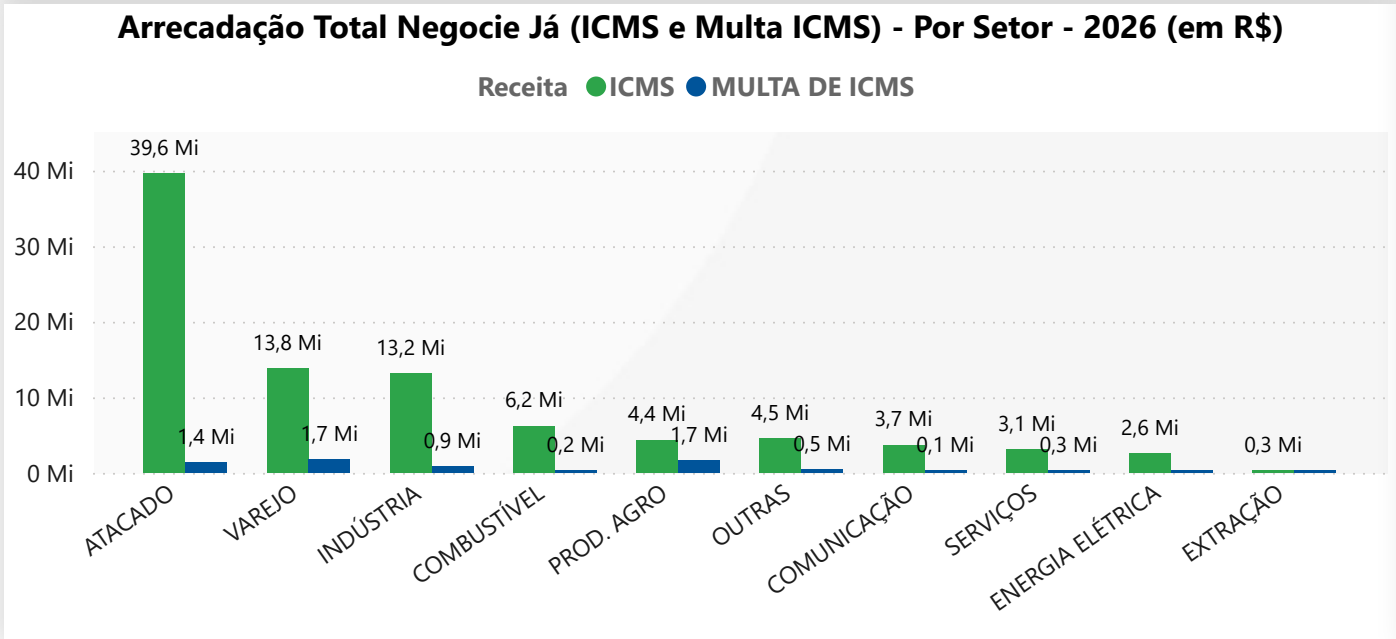
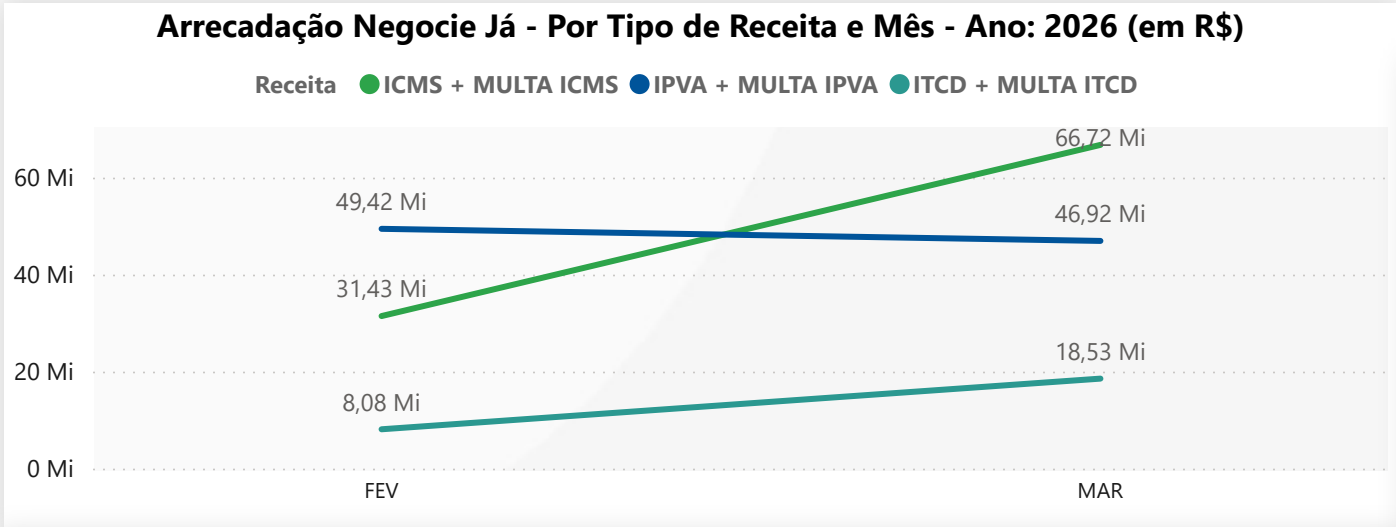
Sob a perspectiva quantitativa, foram concluídas **2.528** declarações em fevereiro e **3.238** em março, evidenciando um aumento no volume de processos recebidos e, consequentemente, impactando positivamente a arrecadação de março, já evidenciado, e abril.

A implantação do Módulo de Autorregularização está prevista para o mês de abril, com expectativa de impacto positivo na arrecadação ao longo de 2026. A ferramenta permitirá o processamento automatizado das malhas fiscais, a identificação de inconsistências e o envio automatizado de comunicados aos contribuintes, viabilizando a regularização espontânea de pendências. Estima-se o envio de mais de **3.000** comunicados ao longo de 2026.

Arrecadação do ITCD por mês			
Mês	Arrecadação ITCD (2025)	Arrecadação ITCD (2026)	Variação Percentual
JAN	73.914.054,33	65.396.198,89	▼ -11,52%
FEV	82.457.361,76	53.347.334,65	▼ -35,30%
MAR	73.938.199,35	74.857.625,45	▲ 1,24%
Total	230.309.615,44	193.601.158,99	-15,94%

Recuperação de créditos

Programa Negocie Já II



Subsecretaria da Receita Estadual

Superintendência de Recuperação de Crédito (SRC)

O balanço das atividades do programa “Negocie Já II” indica volume consolidado de **R\$ 819,93 milhões** em negociações processadas no mês de março de 2026. A adesão à política de regularização fiscal resultou no envolvimento de 30.653 contribuintes no período. Do montante total transacionado, os ingressos imediatos aos cofres públicos somaram **R\$ 114,21 milhões**, enquanto **R\$ 705,72 milhões** passaram a compor a carteira de parcelamento do Estado. O fluxo de regularização abrangeu a liquidação de **33.526** autos, bem como o parcelamento de aproximadamente **15 mil** processos.

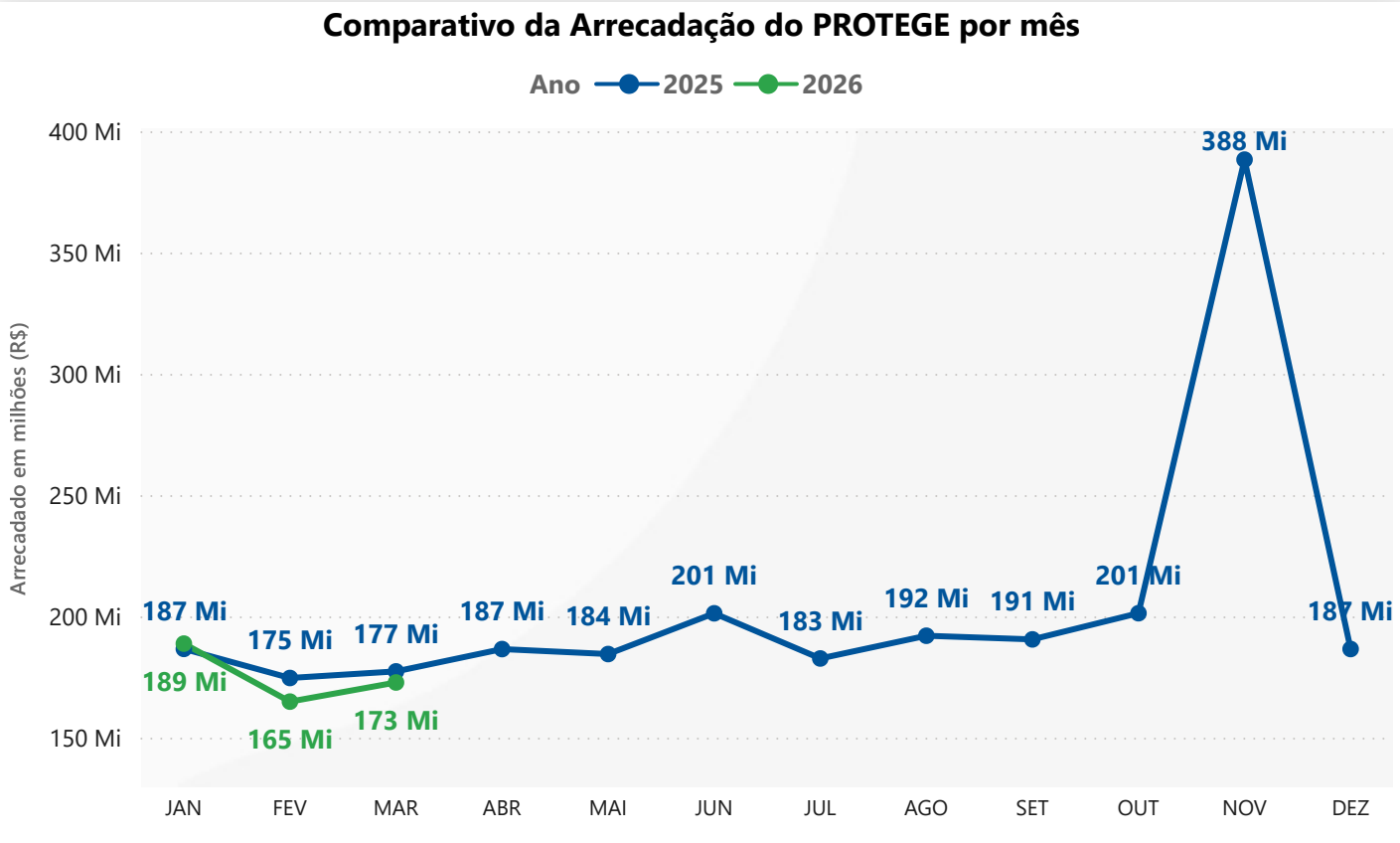
O detalhamento da arrecadação efetiva evidencia a predominância do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), responsável pelo ingresso de **R\$ 66,72 milhões**. Na sequência, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) registrou arrecadação de **R\$ 46,92 milhões**. O Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) compreendeu **R\$ 18,53 milhões**.

No que se refere à carteira de parcelamentos, o ICMS manteve a maior representatividade, totalizando **R\$ 652,26 milhões**. Os acordos firmados para o pagamento parcelado do IPVA perfizeram **R\$ 32,45 milhões**. Por sua vez, os valores negociados para quitação futura relativos ao ITCD e às Penas Pecuniárias encerraram o mês de março em **R\$ 16,02 milhões** e **R\$ 5,00 milhões**, respectivamente.

Arrecadação do PROTEGE

Comparativo entre exercícios

PUBLICADO EM: 12/05/2026



Arrecadação do PROTEGE por mês do ano				
Mês	Arrecadação PROTEGE (2025)	Arrecadação PROTEGE (2026)	Variação Percentual	
JAN	186.588.077,81	188.759.007,18	▲	1,16%
FEV	174.589.336,83	164.843.893,75	▼	-5,58%
MAR	177.312.252,17	172.736.299,46	▼	-2,58%
Total	538.489.666,81	526.339.200,39		-2,26%

Subsecretaria da Receita Estadual (SRE)

A arrecadação do PROTEGE no mês de março de 2026 atingiu **R\$ 172,7 milhões**, resultado **2,58%** inferior ao registrado no mesmo mês do exercício anterior, quando foram arrecadados **R\$ 177,3 milhões**.

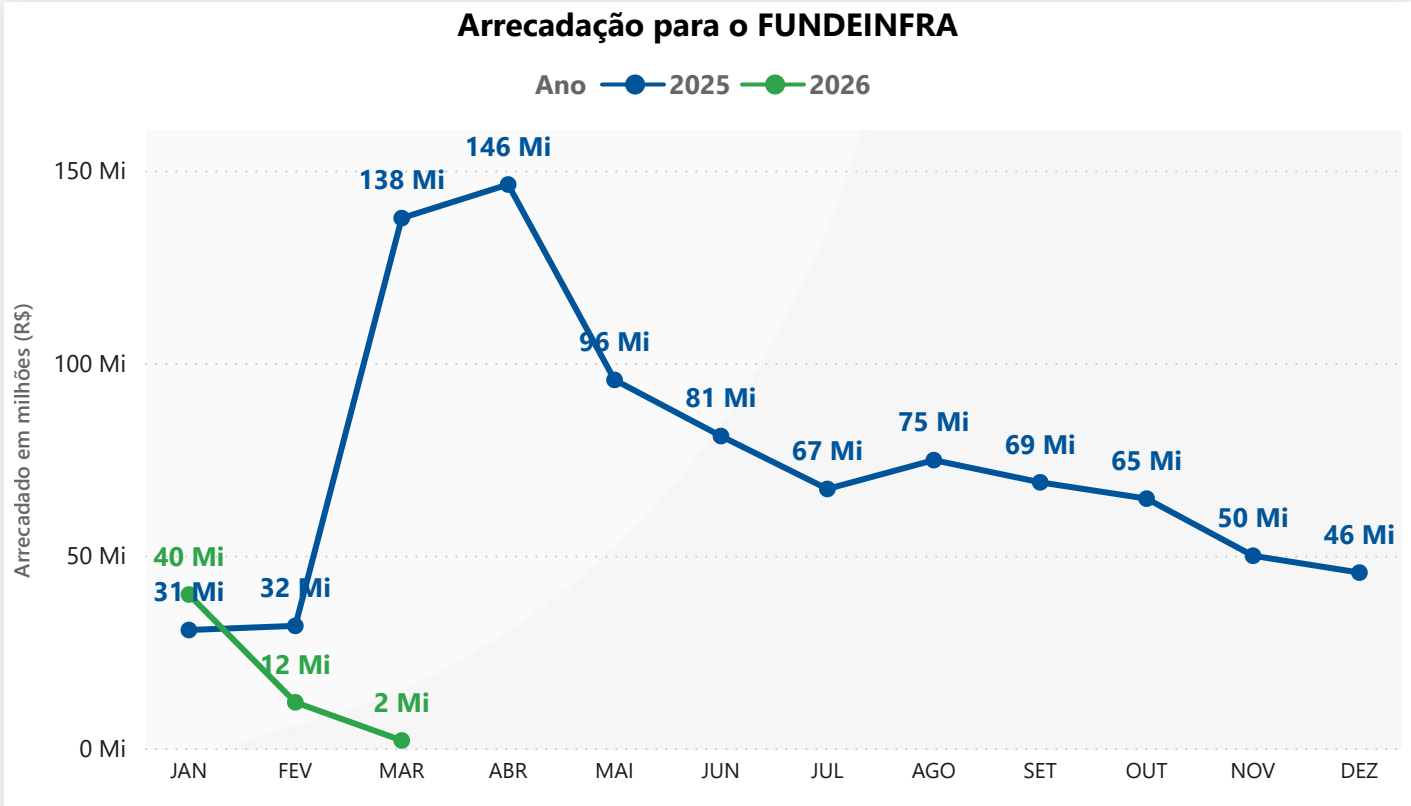
Historicamente, a arrecadação mensal do PROTEGE não apresenta variações significativas, com desvios em relação à média geralmente inferiores a **10%**, exceto em situações atípicas.

A retração de **2,26%** observada no primeiro trimestre está atrelada principalmente ao baixo desempenho econômico das indústrias beneficiárias dos programas Fomentar e Produzir, responsáveis pelo recolhimento no código de receita **4888**. Esse cenário reduz o volume de operações realizadas por essas empresas e, consequentemente, o montante de ICMS financiado. Como o PROTEGE constitui uma contrapartida calculada como um percentual sobre esse valor, há impacto direto na arrecadação do fundo.

Adicionalmente, observa-se que as indústrias enquadradas no PROGOIÁS também vêm apresentando menor volume de recolhimento no código de receita **4990**, o que reforça a indicação de um desempenho mais fraco da atividade industrial de forma geral.

Arrecadação do FUNDEINFRA

Comparativo entre exercícios



Arrecadação do FUNDEINFRA por Mês				
Mês	Arrecadação Fundeinfra (2025)	Arrecadação Fundeinfra (2026)	Variação Percentual	
JAN	30.664.736,38	39.883.088,66	▲	30,06%
FEV	31.749.174,83	11.892.770,23	▼	-62,54%
MAR	137.635.617,04	1.975.210,12	▼	-98,56%
Total	200.049.528,25	53.751.069,01		-73,13%

Subsecretaria da Receita Estadual (SRE)

Com a publicação da Lei nº 24.133, de 13 de março de 2026, foi encerrada a contribuição ao FUNDEINFRA. Com a alteração legislativa, os fatos geradores relativos ao FUNDEINFRA produziram efeitos até 31/12/2025.

Dessa forma, não se projeta arrecadação relevante para o fundo nos próximos meses, sendo esperada, adicionalmente, a restituição de grande parcela dos valores arrecadados a partir do mês de fevereiro de 2026.

Assim, a arrecadação do FUNDEINFRA de **R\$ 1,9 milhões** em março de 2026 representa apenas arrecadação residual, tais como recolhimentos atrasados, referentes a fatos geradores de 2025.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1	Despesa Empenhada (Incluindo Poderes)	26
3.2	Despesa Empenhada (Apenas Executivo)	28
3.3	Despesa Liquidada	30
3.4	Mínimos Constitucionais	31

Nesta seção apresenta-se a execução orçamentária do Estado, destacando as principais informações referentes à dotação, empenho, liquidação e pagamento da despesa pública. Além disso, detalha-se a execução orçamentária das despesas vinculadas em saúde e educação. Por fim, são apresentados o resultado orçamentário e o resultado primário.



Execução Orçamentária

Comparativo anual - **Incluindo Poderes**

54,00 Bi

Realizado até março
Dotação Autorizada

22,26 Bi

Realizado até março
Valor Empenhado

11,35 Bi

Realizado até março
Valor liquidado

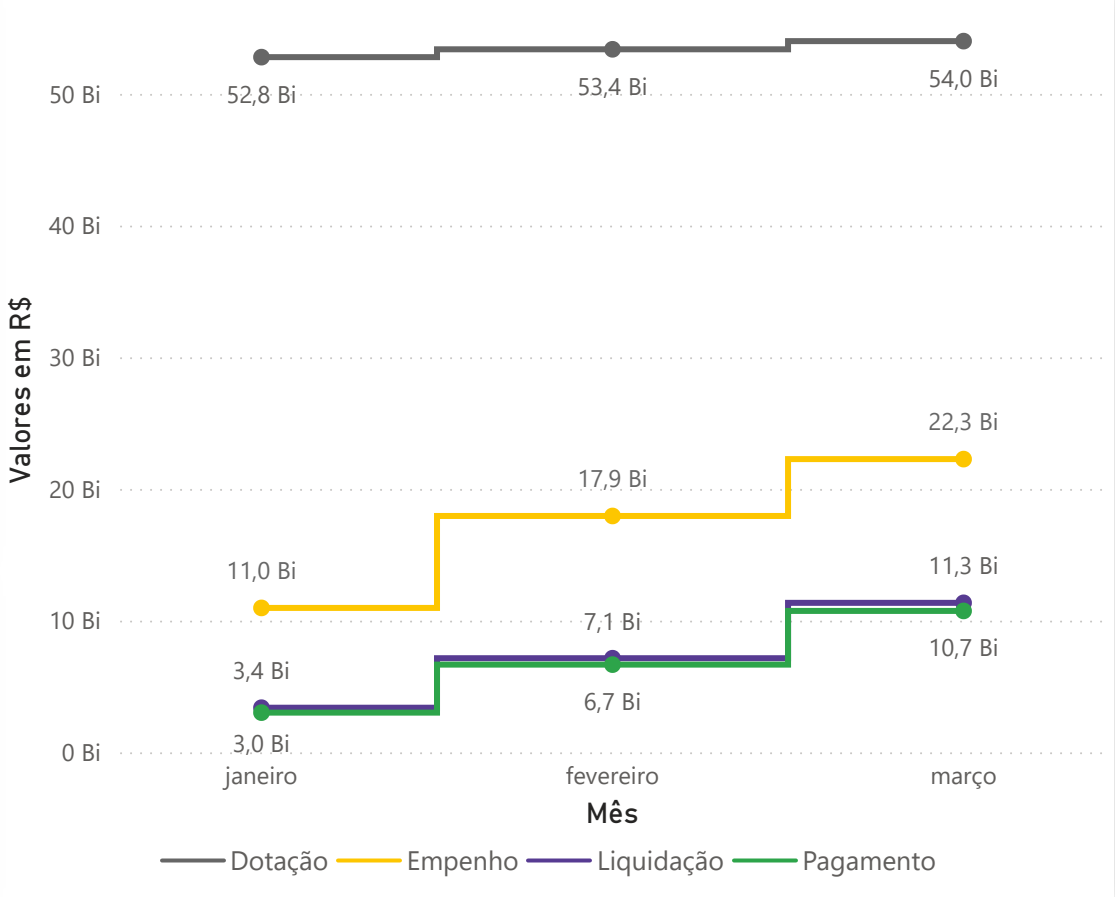
10,73 Bi

Realizado até março
Valor Pago

Grupo de despesa	Dotação	Empenho	Liquidação	Pagamento	Emp/Dot.	Liq/Emp.	Pag/Liq.
1	29.091 Mi	7.665 Mi	6.847 Mi	6.779 Mi	26,35%	89,34%	99,00%
2	405 Mi	284 Mi	76 Mi	76 Mi	70,09%	26,62%	100,00%
3	16.986 Mi	11.693 Mi	3.884 Mi	3.398 Mi	68,84%	33,21%	87,51%
4	5.165 Mi	1.844 Mi	328 Mi	268 Mi	35,70%	17,78%	81,73%
5	46 Mi	5 Mi	5 Mi	5 Mi	11,57%	99,81%	100,00%
6	971 Mi	772 Mi	207 Mi	207 Mi	79,49%	26,83%	100,00%
9	1.340 Mi	0 Mi	0 Mi	0 Mi	0,00%		
Total	54.003 Mi	22.262 Mi	11.347 Mi	10.733 Mi	41,22%	50,97%	94,59%

Esse painel apresenta a execução orçamentária do Estado incluindo outros Poderes. Em março de 2026, foram empenhados **R\$ 22,26 bilhões**.

Em relação à liquidação, o valor realizado soma **R\$ 11,35 bilhões**, correspondendo a **50,97%** do total empenhado. Já os pagamentos efetuados até março de 2026 totalizam **R\$ 10,73 bilhões**, o que representa **94,59%** do valor liquidado.



Execução Orçamentária

Comparativo anual - Apenas Executivo

46,43 Bi

Realizado até março
Dotação Autorizada

18,94 Bi

Realizado até março
Valor Empenhado

9,60 Bi

Realizado até março
Valor liquidado

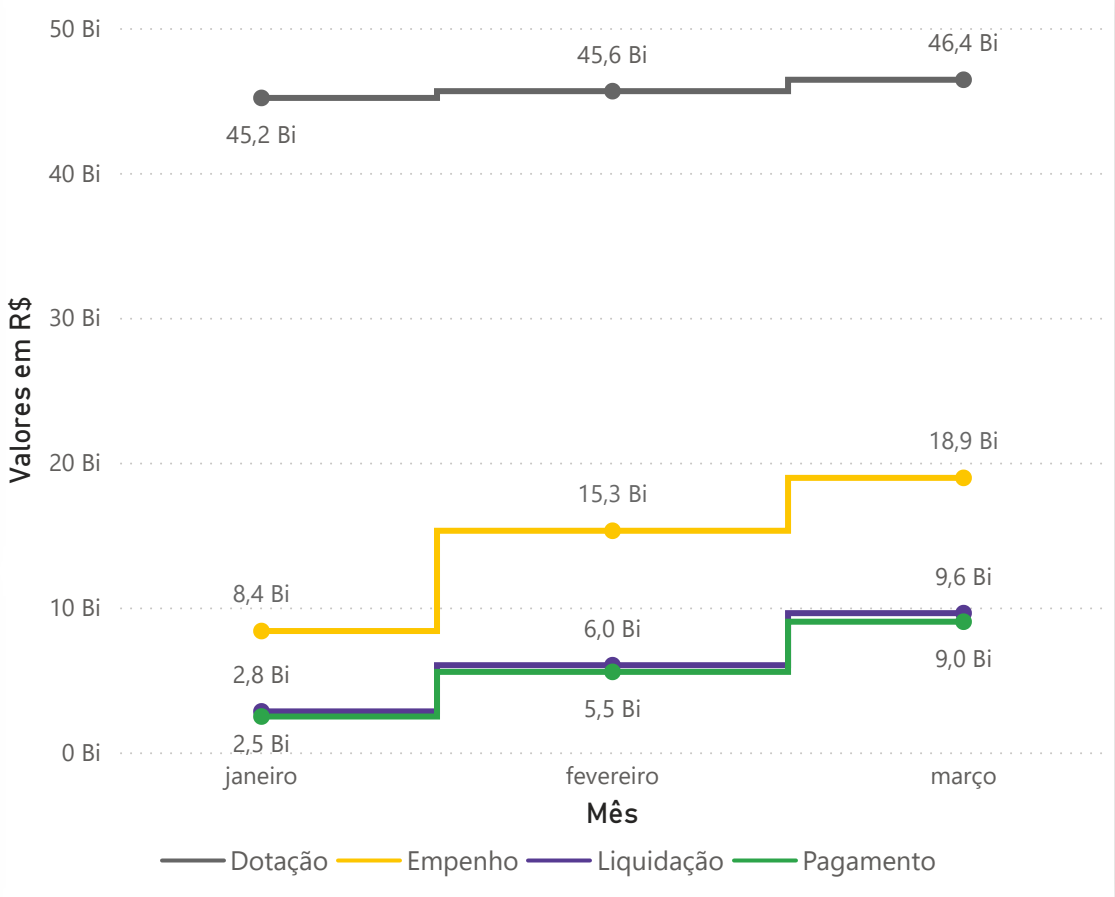
9,01 Bi

Realizado até março
Valor Pago

Grupo de despesa	Dotação	Empenho	Liquidação	Pagamento	Emp/Dot.	Liq/Emp.	Pag/Liq.
1	24.367 Mi	5.873 Mi	5.570 Mi	5.517 Mi	24,10%	94,84%	99,04%
2	405 Mi	284 Mi	76 Mi	76 Mi	70,09%	26,62%	100,00%
3	14.744 Mi	10.253 Mi	3.424 Mi	2.947 Mi	69,54%	33,40%	86,05%
4	4.569 Mi	1.755 Mi	321 Mi	261 Mi	38,41%	18,31%	81,37%
5	30 Mi	5 Mi	5 Mi	5 Mi	17,69%	99,81%	100,00%
6	971 Mi	772 Mi	207 Mi	207 Mi	79,49%	26,83%	100,00%
9	1.340 Mi	0 Mi	0 Mi	0 Mi	0,00%		
Total	46.427 Mi	18.943 Mi	9.604 Mi	9.013 Mi	40,80%	50,70%	93,85%

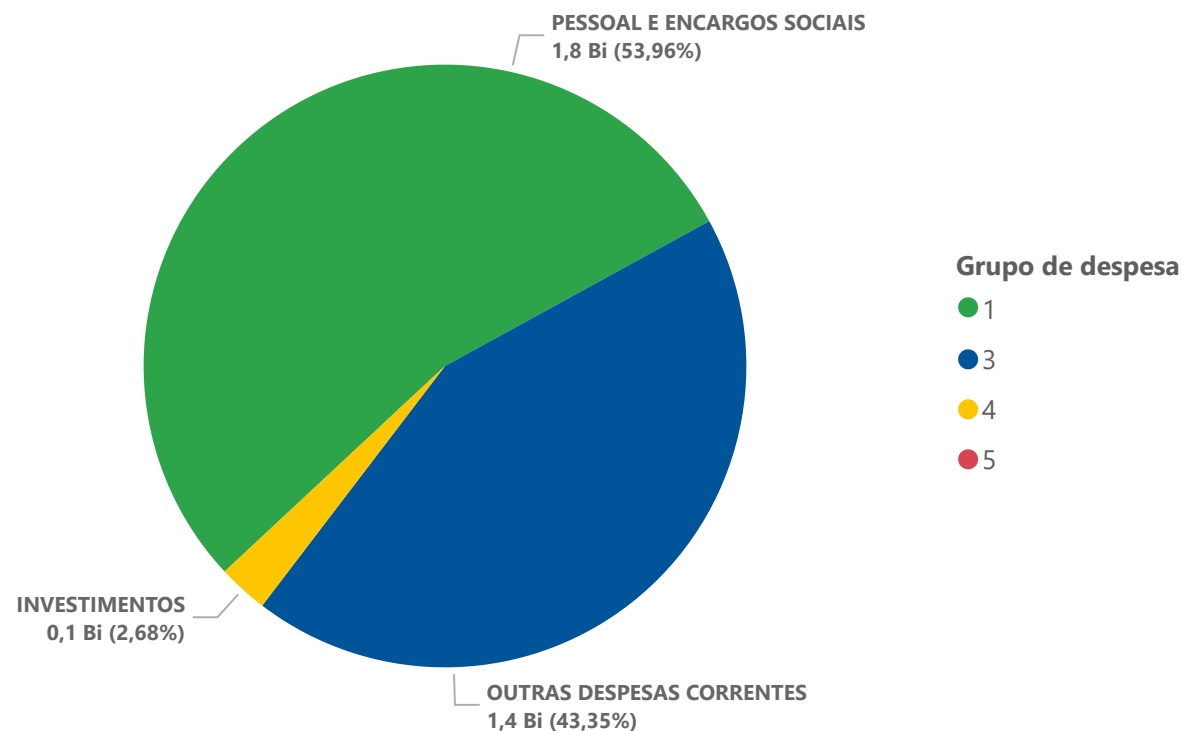
No que se refere ao Poder Executivo, verifica-se que até **março** de 2026, foram empenhados **R\$ 18,94 bilhões**.

Em relação à liquidação, o valor realizado soma **R\$ 9,60 bilhões**, correspondendo a **50,70%** do total empenhado. Já os pagamentos efetuados totalizam **R\$ 9,01 bilhões**, o que representa **93,85%** do valor liquidado.

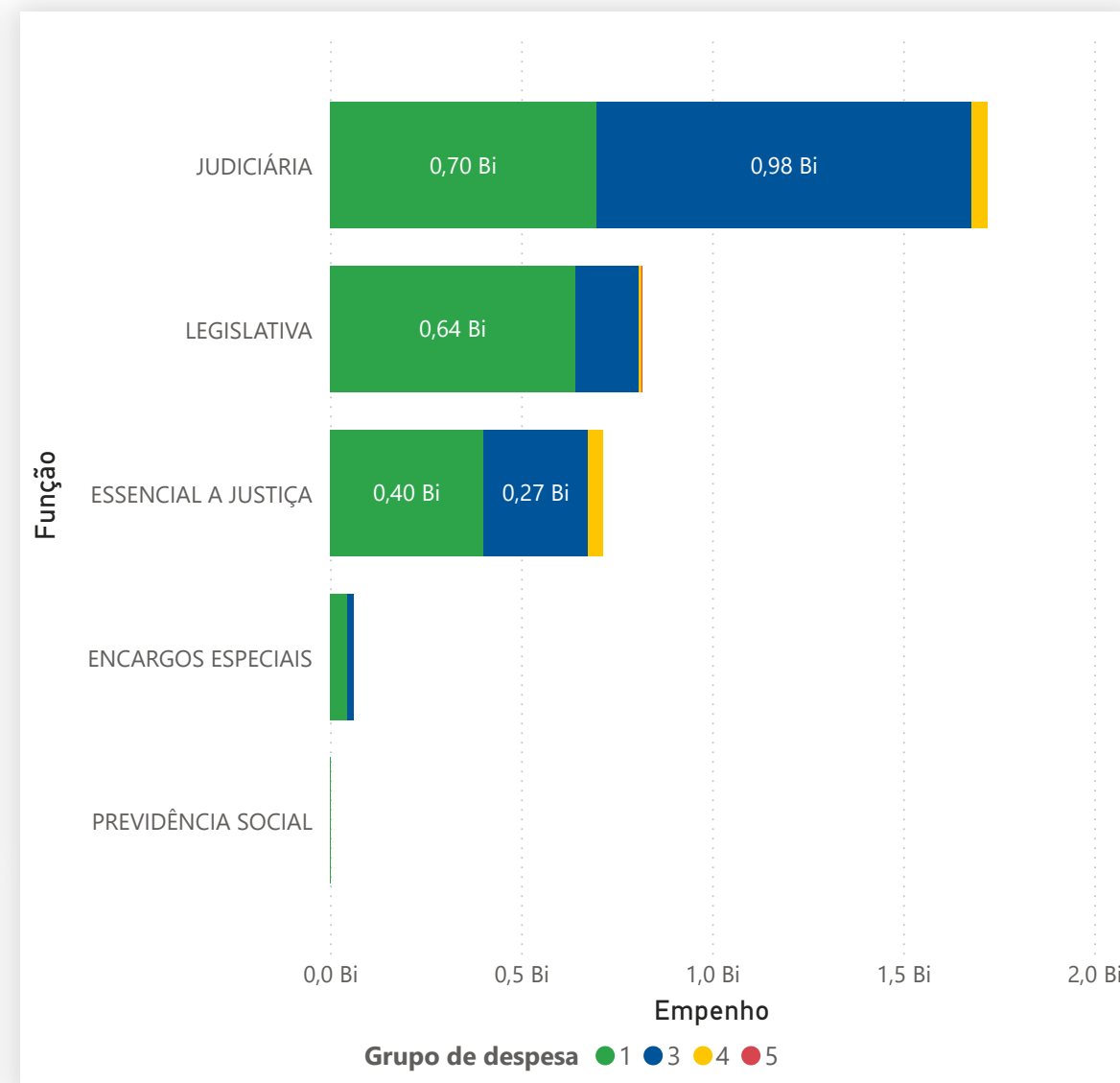


Despesa empenhada

Comparativo por grupo de despesa e função - **Outros Poderes**

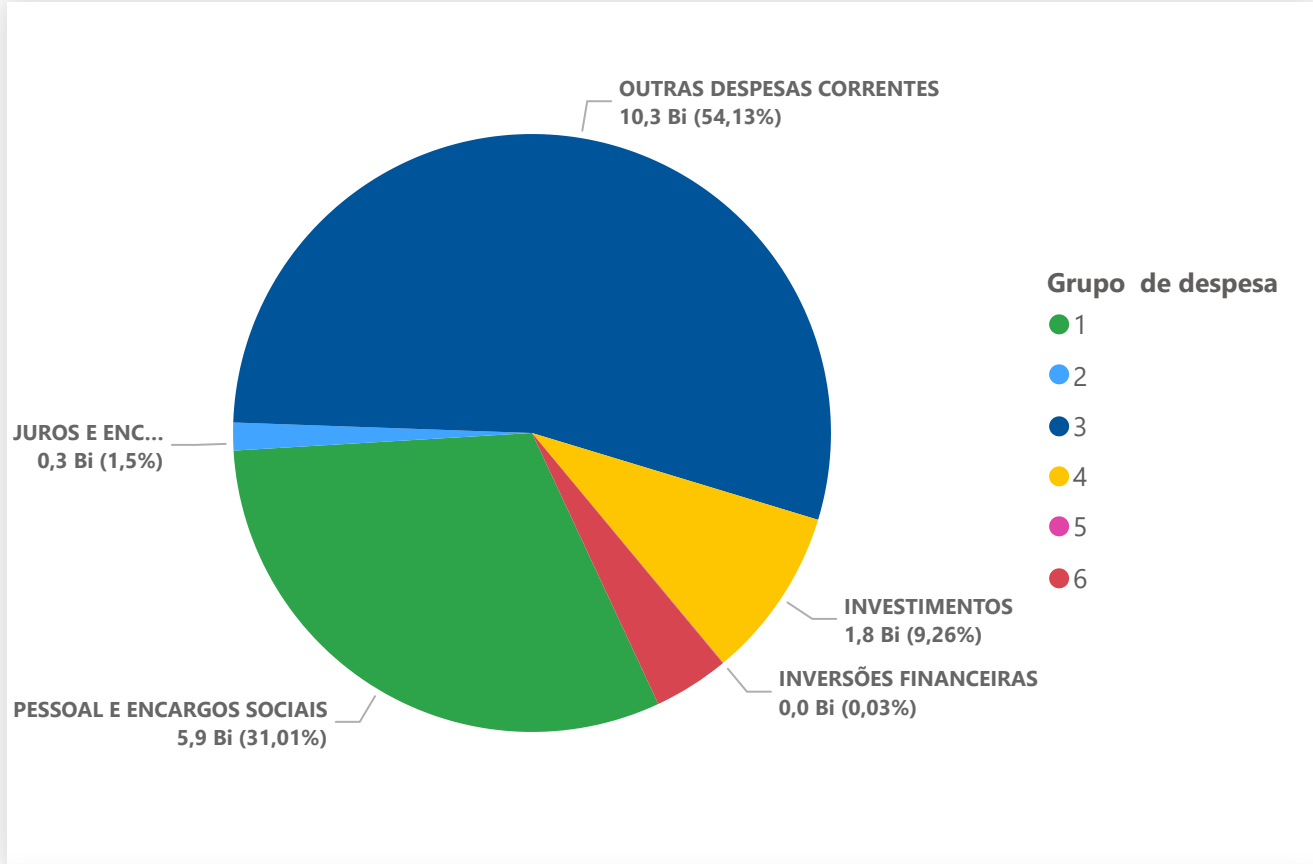


No gráfico acima tem-se a execução orçamentária dos diferentes grupos de despesa e funções relacionadas aos Outros Poderes. O principal grupo de despesa é o de Pessoal e Encargos Sociais, representando **53,96%**. Em seguida, tem-se as Outras Despesas Correntes, correspondendo a **43,35%**. Por fim, os Investimentos representam **2,68%**.

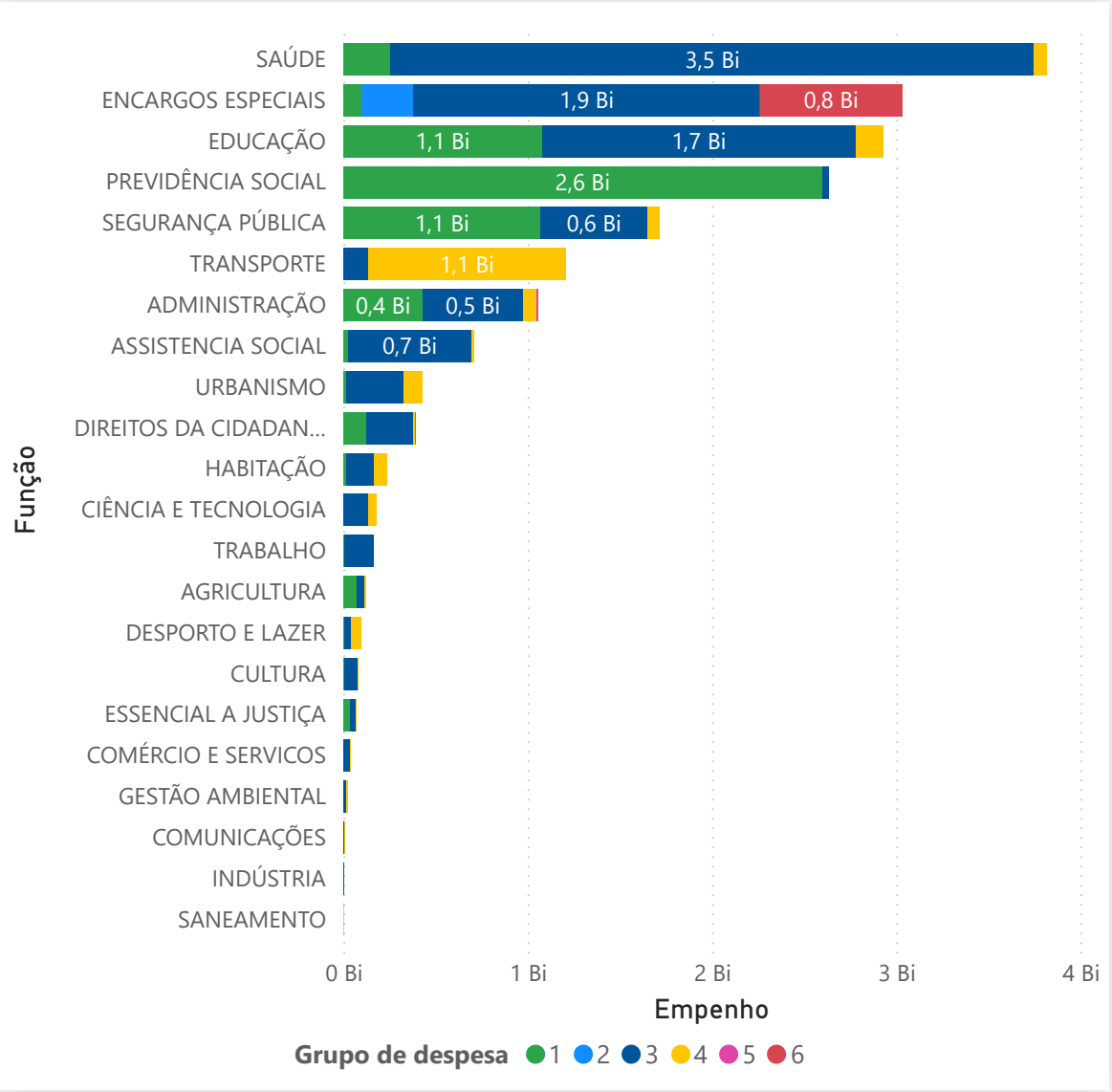


Despesa empenhada

Comparativo por grupo de despesa e função - Apenas Executivo



No Gráfico apresenta-se a execução orçamentária dos diferentes grupos de despesa e funções, considerando apenas o Poder Executivo. O principal grupo de despesa é Outras Despesas Correntes, correspondendo a **54,13%** do total. Em seguida, destacam-se as despesa com Pessoal e Encargos Sociais, que representa **31,01%**. Os Investimentos, por sua vez, representam **9,26%**. Destaca-se o empenho para as áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública.



Despesa liquidada

Comparativo anual - Apenas Executivo

9,60 Bi

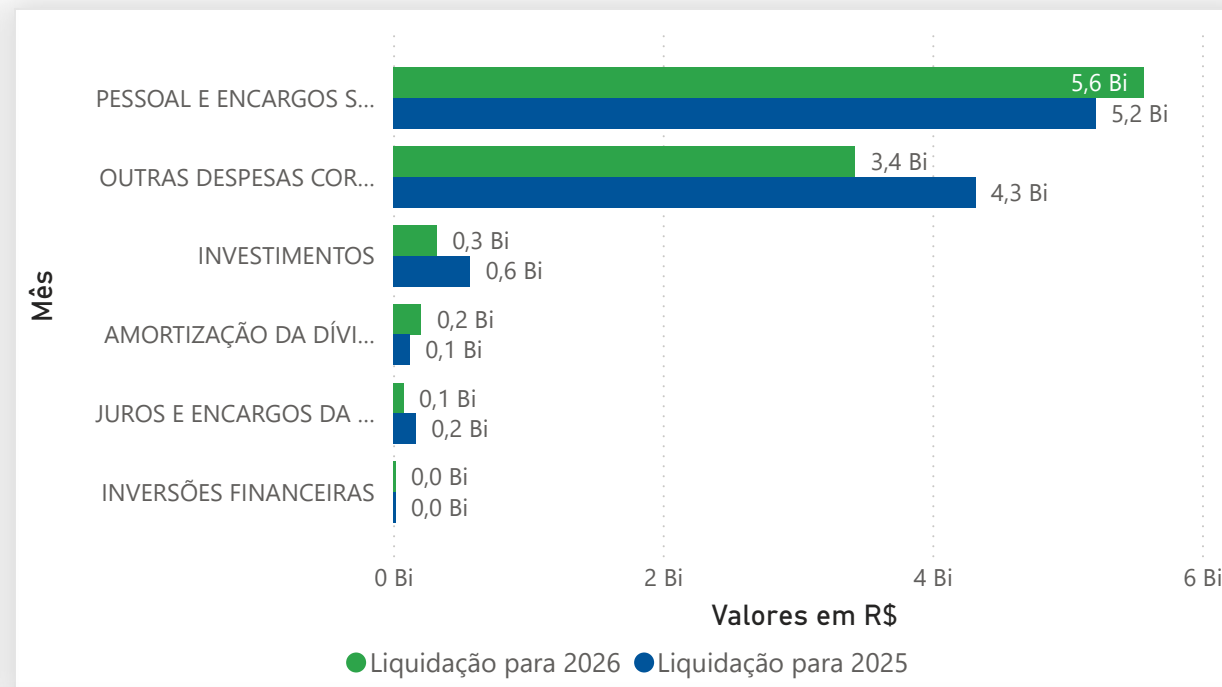
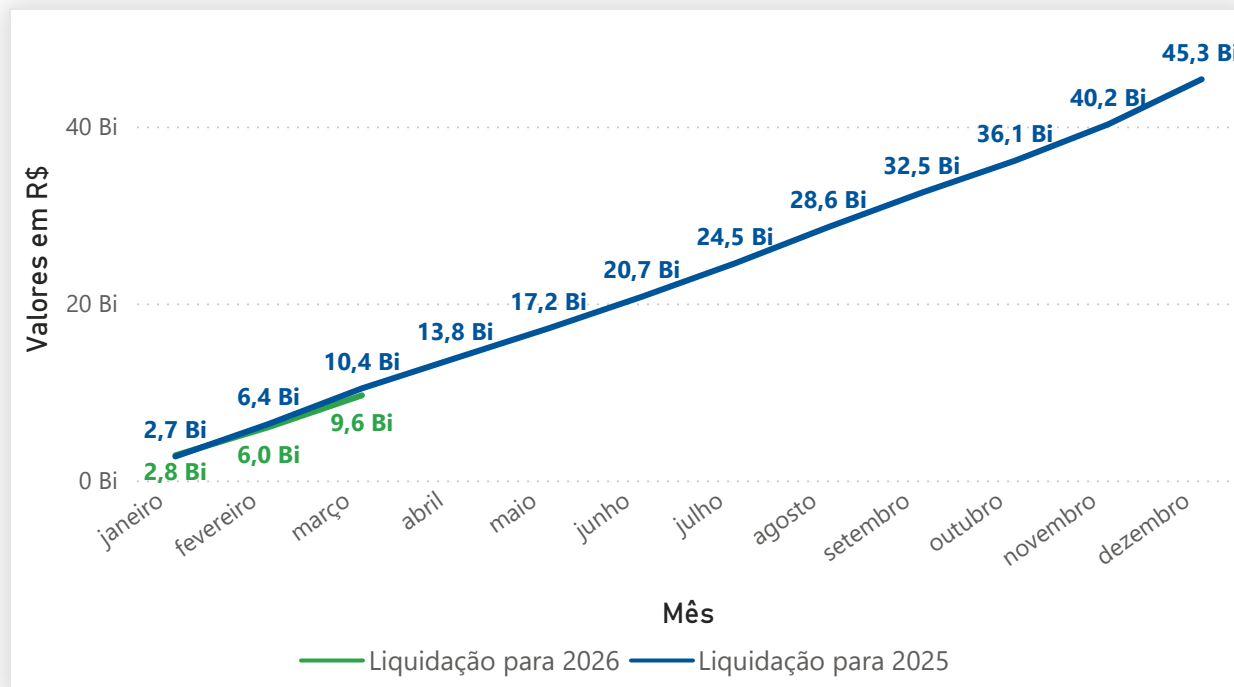
Realizado até março
Despesa Liquidada em 2026

10,39 Bi

Realizado até março
Despesa Liquidada em 2025

-7,58%

Variação (%)
Despesa Total Liquidada

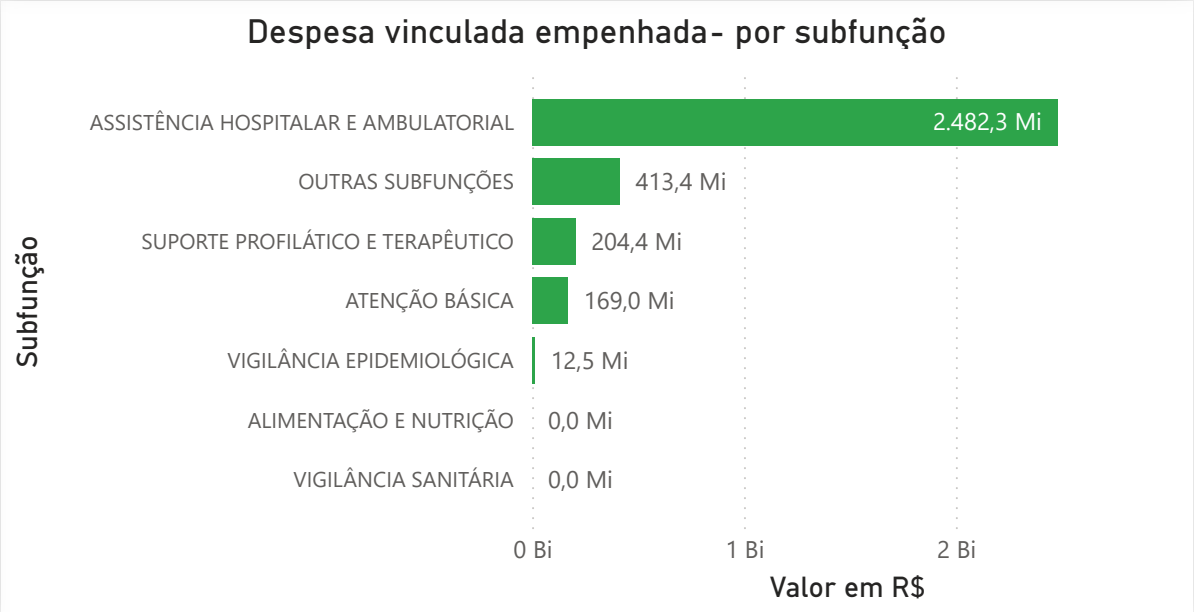
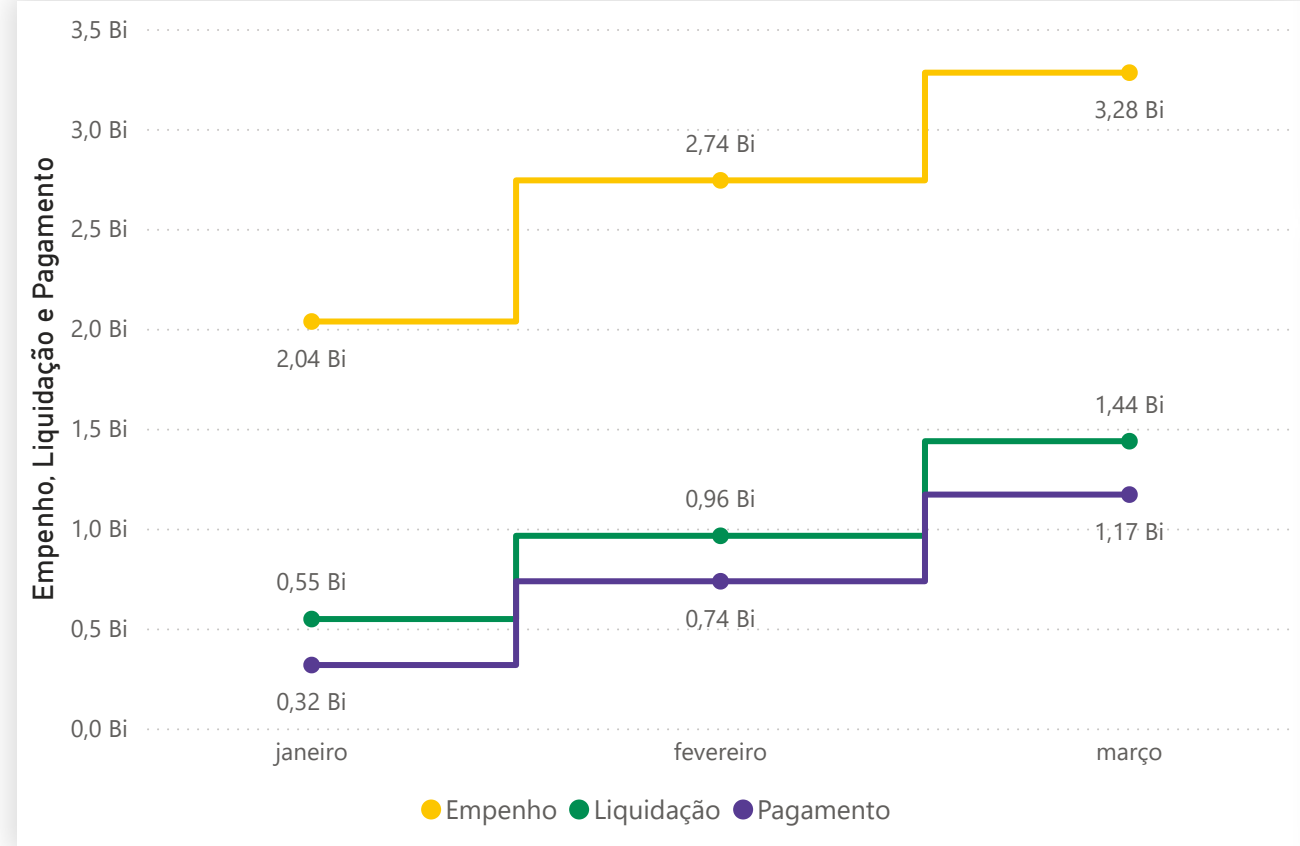


Acima apresenta-se a Despesa Liquidada do Poder Executivo. O total de despesa liquidada até março de 2026 foi de **R\$ 9,60 bilhões**, o que representa uma queda de **-7,58%** em relação ao mesmo período de 2025, quando a despesa totalizou **R\$ 10,39 bilhões**. Já o Gráfico à direita detalha as despesas por grupo, destacando que o maior componente é o de Pessoal e Encargos Sociais, que totalizou **R\$ 5,57 bilhões (+6,94%)**, seguido pelas Outras Despesas Correntes, com **R\$ 3,42 bilhões (-20,70%)** e os Investimentos que somaram **R\$ 321,24 milhões (-60,37%)**.

Mínimos Constitucionais

Despesa vinculada com Saúde

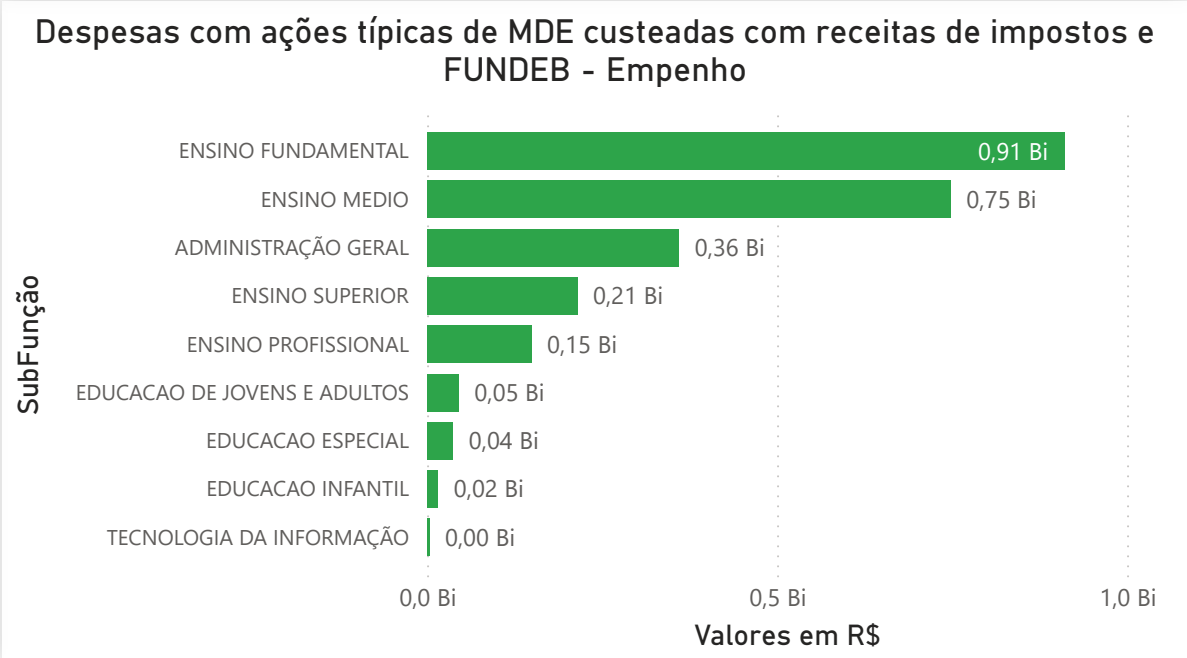
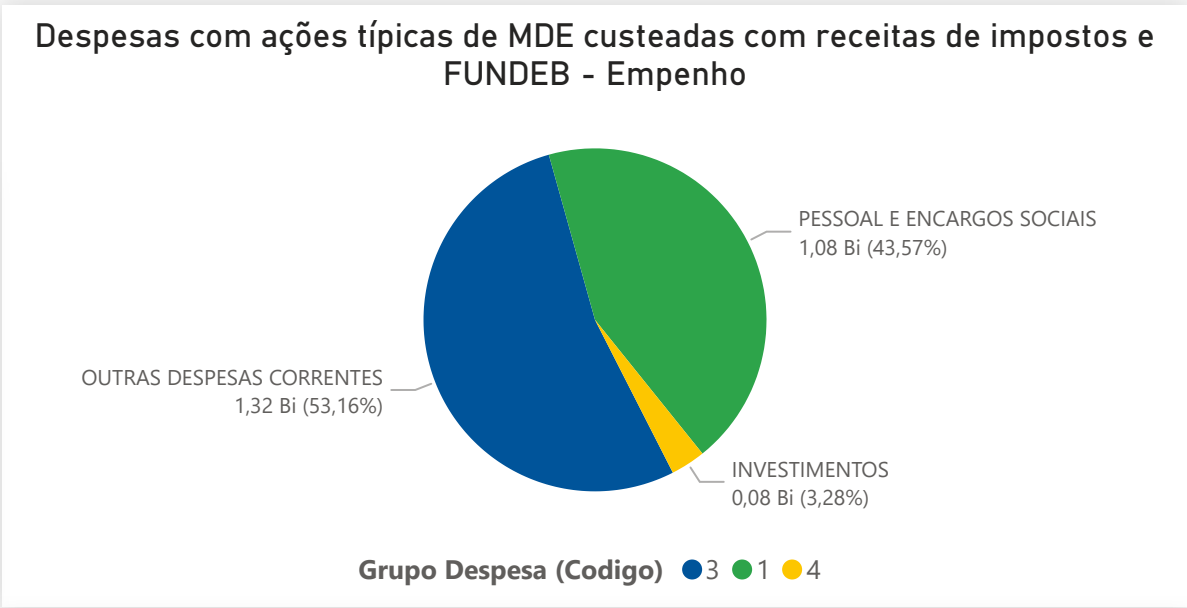
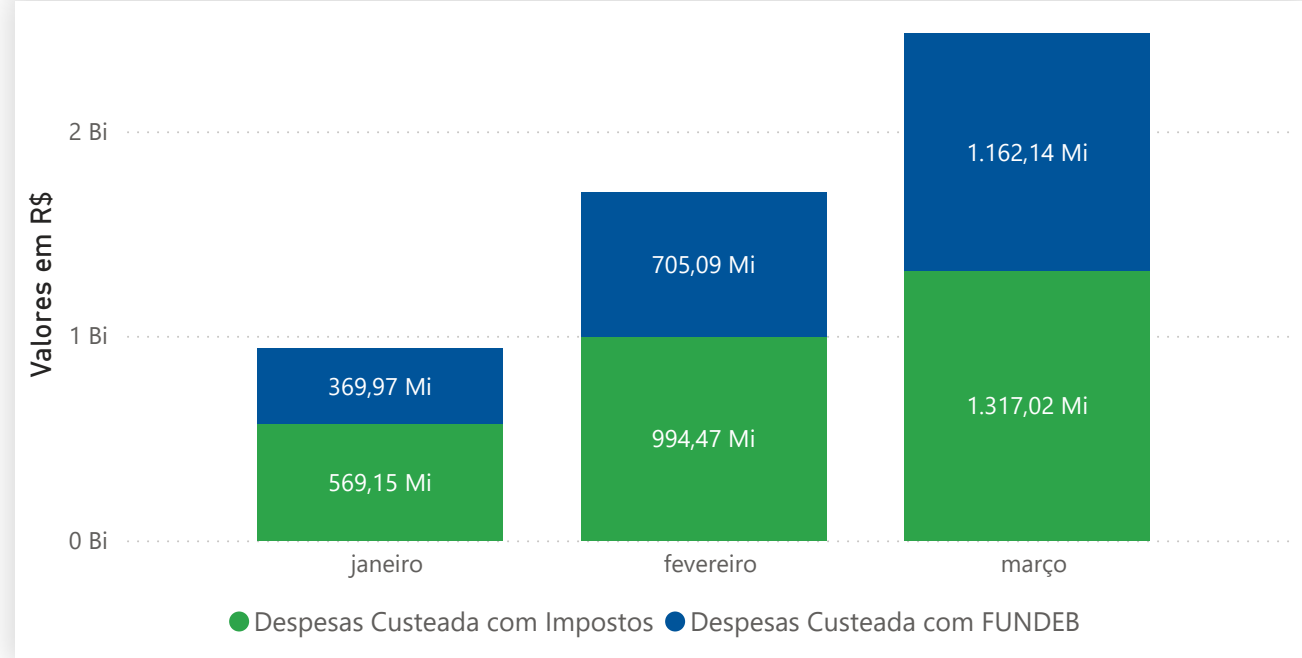
Esse painel apresenta a execução orçamentária das despesas relacionadas ao cumprimento do mínimo constitucional com saúde. Sob a ótica da execução, em março de 2026, foram empenhados **R\$ 3,28 bilhões**, dos quais foram liquidados **R\$ 1,44 bilhão** e pagos **R\$ 1,17 bilhão**. Nos Gráficos ao lado, demonstram-se a despesa empenhada por grupo de despesas e por subfunção.



Mínimos Constitucionais

Despesa vinculada com Educação

Quanto à vinculação constitucional em educação, o Estado deve destinar, no mínimo, 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Deste montante, 20% da RLIT são retidos automaticamente para o FUNDEB, cabendo ao Estado o aporte complementar para atingir o limite exigido. Em março de 2026, as despesas empenhadas com **Recursos de Impostos (exceto FUNDEB)** somaram **R\$ 1,32 bilhão**, enquanto as **Despesas custeadas com recursos do FUNDEB**, somaram **R\$ 1,16 bilhão**. Assim, o valor total aplicado em educação alcançou **R\$ 2,48 bilhões**.



4. PRINCIPAIS RESULTADOS

4.1	Resultado Orçamentário	34
4.2	Resultado Primário	35
4.3	Receita Corrente Líquida (RCL)	36
4.4	Despesa com Pessoal sobre RCL	37
4.5	Disponibilidade de Caixa	38

Nesta seção apresentam-se os principais resultados do Estado de Goiás em março de 2026, como o Resultado Orçamentário, Resultado Primário, a Receita Corrente Líquida (RCL), os Limites de Despesa com Pessoal e a Disponibilidade de Caixa.



Resultado Orçamentário

Receitas e Despesas

12,23 Bi

Acumulado até março
TOTAL DAS RECEITAS

11,35 Bi

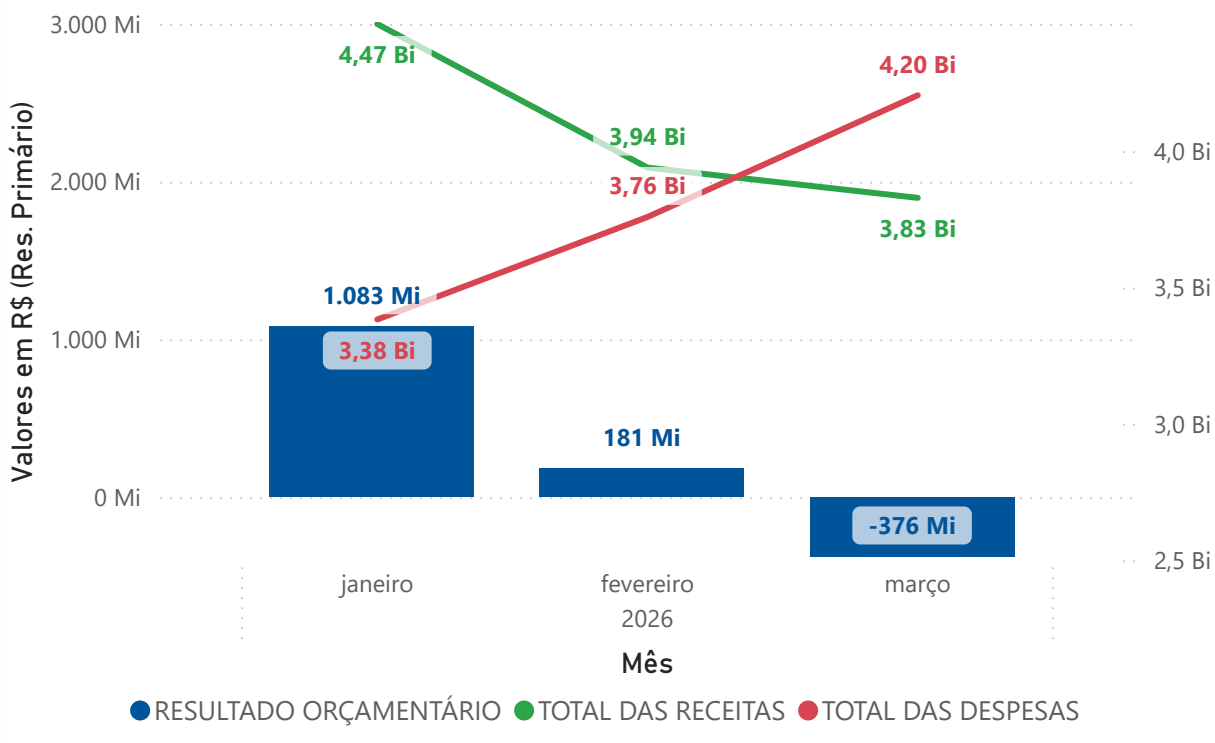
Acumulado até março
TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS

888,26 Mi

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO ACUMULADO

RECEITAS (Realizadas)	2026 (Acumulado)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.778,32 Mi
RECEITAS CORRENTES	11.737,44 Mi
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.834,99 Mi
CONTRIBUIÇÕES	503,56 Mi
RECEITA PATRIMONIAL	515,62 Mi
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00 Mi
RECEITA INDUSTRIAL	0,00 Mi
RECEITA DE SERVIÇOS	49,64 Mi
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.994,80 Mi
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	838,82 Mi
RECEITAS DE CAPITAL	40,88 Mi
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	456,59 Mi
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.234,91 Mi
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00 Mi
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	12.234,91 Mi

DESPESAS (Liquidado)	2026 (Acumulado)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	10.885,70 Mi
DESPESAS CORRENTES	10.345,49 Mi
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.444,06 Mi
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	75,59 Mi
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.825,84 Mi
DESPESAS DE CAPITAL	540,22 Mi
INVESTIMENTOS	327,77 Mi
INVERSÕES FINANCEIRAS	5,27 Mi
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	207,17 Mi
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	460,95 Mi
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	11.346,65 Mi
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00 Mi
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	11.346,65 Mi



O resultado orçamentário representa o saldo entre receitas e despesas de todo o governo, incluindo componentes financeiros, como os juros e a amortização da dívida pública. No acumulado até março de 2026, o total das receitas foi de **R\$ 12,23 bilhões**, enquanto as despesas totais no mesmo período somaram **R\$ 11,35 bilhões**. Assim, o Estado de Goiás registrou um superávit acumulado de **R\$ 888,26 milhões** no período.

Resultado Primário

Receitas e Despesas

10,89 Bi

Acumulado até março

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO RPPS)

10,79 Bi

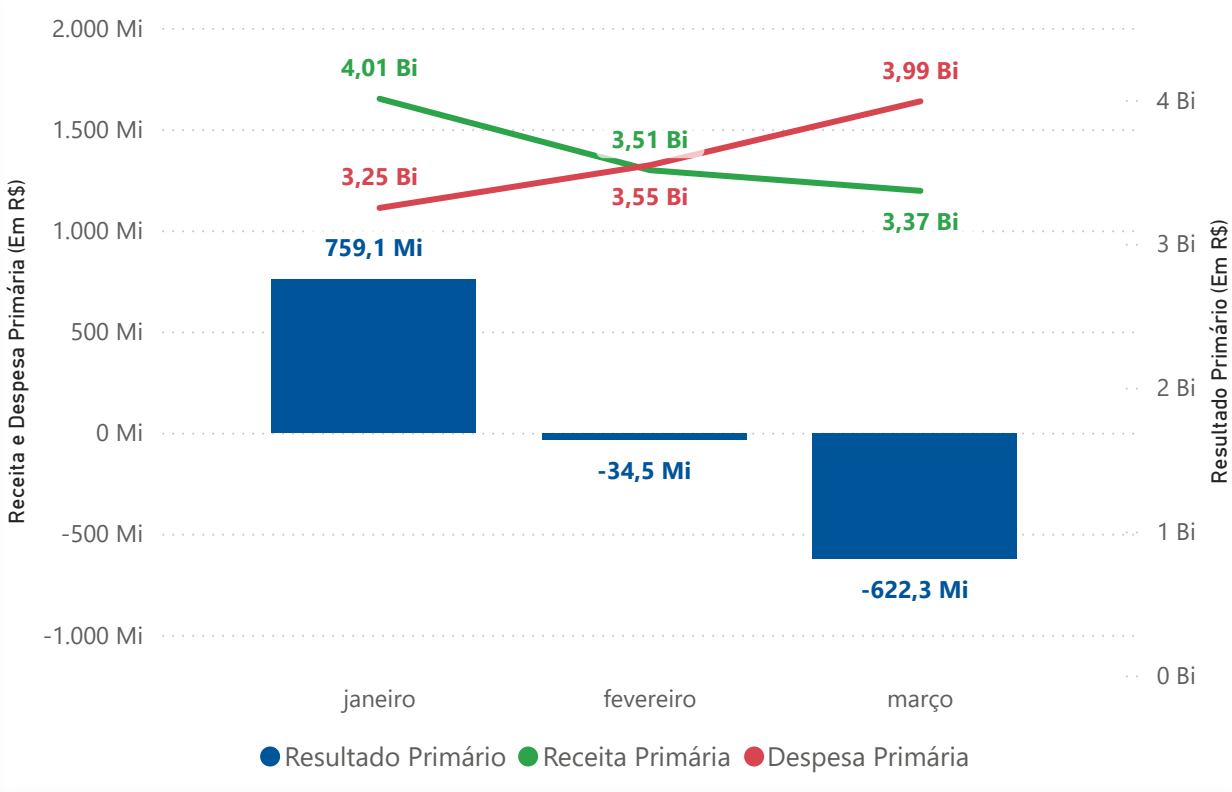
Acumulado até março

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO RPPS)

102,21 Mi

RESULTADO PRIMÁRIO ACUMULADO

Descrição	Despesa Paga	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Pago
DESPEAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	9.290,56 Mi	136,54 Mi	500,21 Mi
Pessoal e Encargos Sociais	5.821,38 Mi	58,68 Mi	5,41 Mi
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	75,59 Mi	0,01 Mi	0,00 Mi
Outras Despesas Correntes	3.393,60 Mi	77,84 Mi	494,80 Mi
DESPEAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	9.214,98 Mi	136,52 Mi	500,21 Mi
DESPEAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	962,29 Mi	0,22 Mi	1,37 Mi
DESPEAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPEAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	480,15 Mi	129,73 Mi	531,13 Mi
Investimentos	267,71 Mi	28,10 Mi	524,13 Mi
Inversões Financeiras	5,27 Mi	101,63 Mi	7,00 Mi
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Demais Inversões Financeiras	5,27 Mi	101,63 Mi	7,00 Mi
Amortização da Dívida (XXVII)	207,17 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPEAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	272,98 Mi	129,73 Mi	531,13 Mi
DESPEAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,18 Mi	0,00 Mi	0,09 Mi
DESPEAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	10.450,42 Mi	266,47 Mi	1.032,80 Mi
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	9.487,96 Mi	266,25 Mi	1.031,34 Mi



O gráfico apresentado mostra a evolução mensal da Receita Primária, da Despesa Primária e do Resultado Primário ao longo de 2026.

Receita Corrente Líquida (RCL)

Acumulada 12 meses e mensal

3,49 Bi

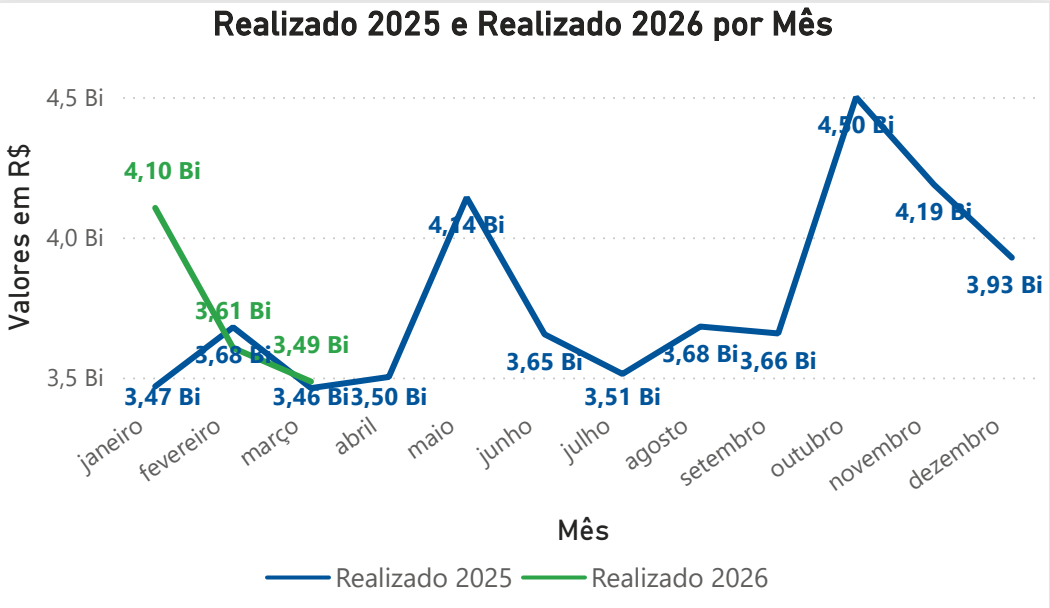
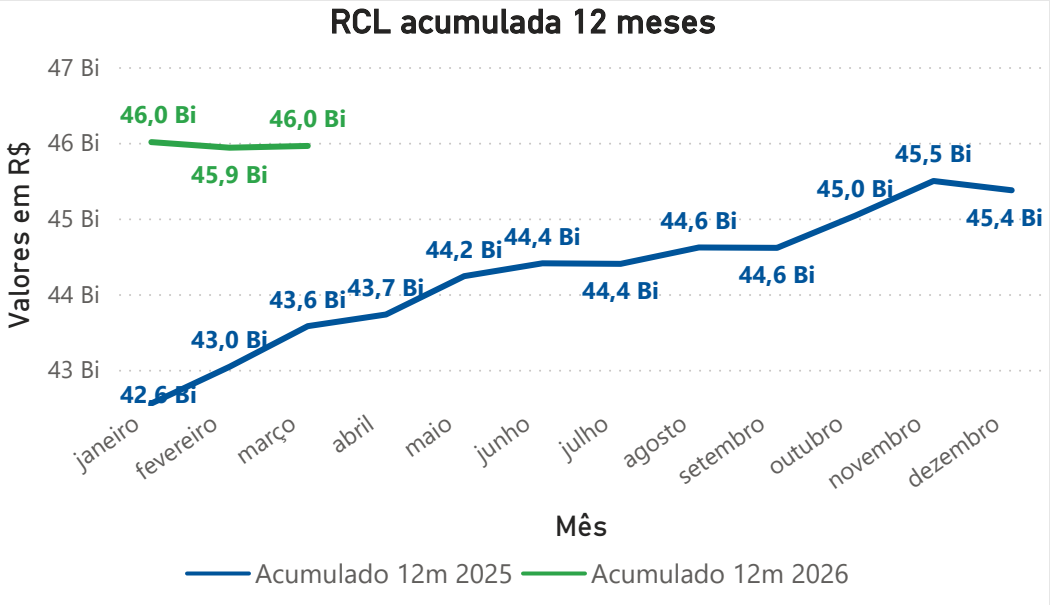
Realizado em março
(Valor mensal)

45,96 Bi

Realizado em março
(Acum.12 meses)

Mês	Mensal 2025	Mensal 2026	Acumulado 12m. 2025	Acumulado 12m. 2026	Diferença (%) Mensal	Diferença (%) 12m Acumulado
janeiro	3.468 Mi	4.105 Mi	42.554 Mi	46.007 Mi	▲ 18,35%	▲ 8,12%
fevereiro	3.679 Mi	3.605 Mi	43.039 Mi	45.934 Mi	▼ -2,01%	▲ 6,73%
março	3.462 Mi	3.485 Mi	43.575 Mi	45.957 Mi	▲ 0,68%	▲ 5,47%
abril	3.502 Mi		43.729 Mi			
maio	4.142 Mi		44.236 Mi			
junho	3.654 Mi		44.406 Mi			
julho	3.512 Mi		44.399 Mi			
agosto	3.681 Mi		44.615 Mi			
setembro	3.657 Mi		44.610 Mi			
outubro	4.499 Mi		45.035 Mi			
novembro	4.188 Mi		45.494 Mi			
dezembro	3.927 Mi		45.371 Mi			

A Receita Corrente Líquida (RCL) é um dos principais indicadores das finanças públicas, utilizada, entre outros fins, para monitorar o cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em relação à Despesa com Pessoal. Para o mês de **março** de 2026, a RCL acumulada nos últimos 12 meses foi de **R\$ 45,96** bilhões, crescimento de **5,47%** na comparação com o mesmo período do ano anterior.



Despesa com Pessoal sobre a RCL*

Comparativo anual - Apenas Executivo

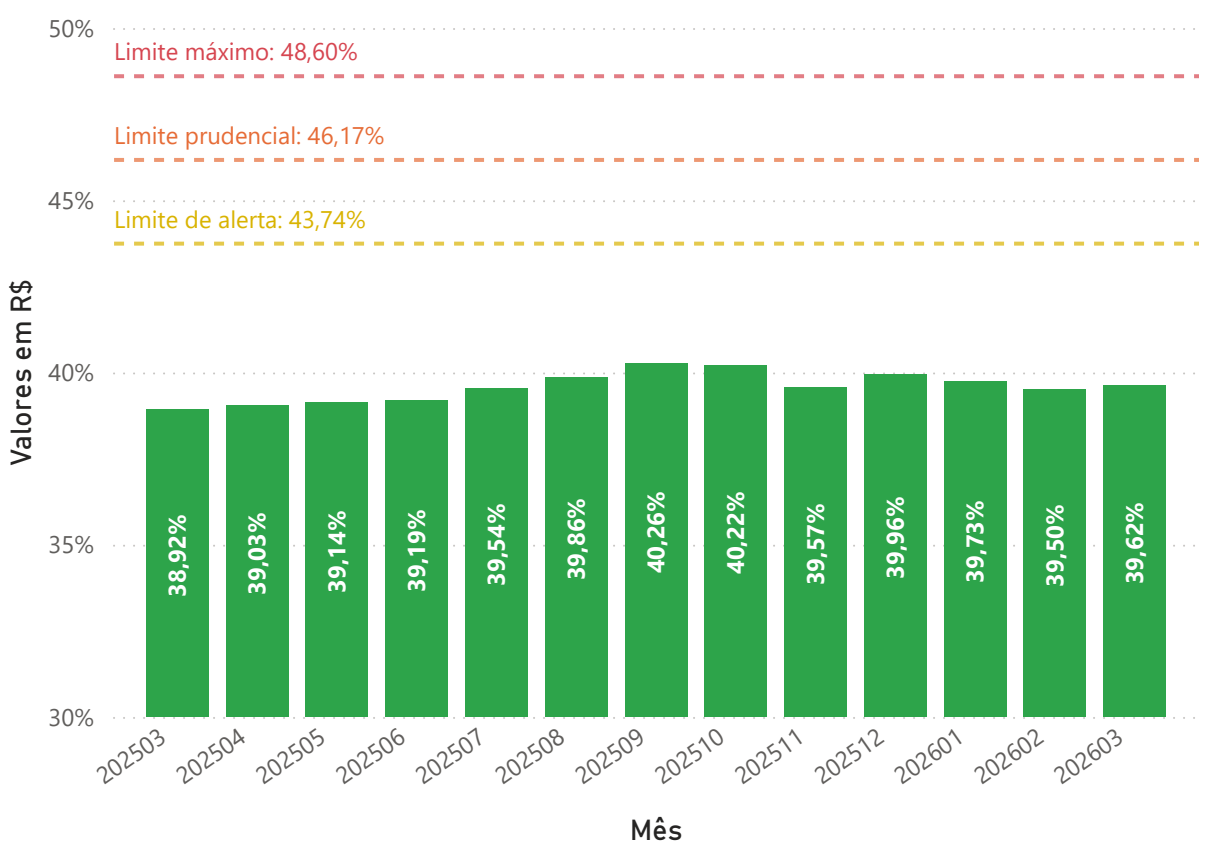
18,21 Bi

Realizado em março
(Valor mensal)

39,62%

Realizado em março
(Acum.12 meses)

Ano (Mês)	Despesa com Pessoal (DTP) Acumulada 12m	Receita Corrente Líquida Ajustada Acumulada 12m	DTP sobre RCL ajustada
202603	18.205,64 Mi	45.945,56 Mi	39,62%
202602	18.138,54 Mi	45.922,80 Mi	39,50%
202601	18.273,85 Mi	45.997,13 Mi	39,73%
202512	18.124,23 Mi	45.360,61 Mi	39,96%
202511	17.972,03 Mi	45.424,06 Mi	39,57%
202510	18.083,95 Mi	44.965,55 Mi	40,22%
202509	17.933,00 Mi	44.540,36 Mi	40,26%
202508	17.755,98 Mi	44.545,82 Mi	39,86%
202507	17.526,11 Mi	44.329,87 Mi	39,54%
202506	17.374,86 Mi	44.334,41 Mi	39,19%
202505	17.282,61 Mi	44.154,07 Mi	39,14%
202504	17.035,04 Mi	43.644,67 Mi	39,03%
202503	16.925,35 Mi	43.490,75 Mi	38,92%



A 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) trouxe uma mudança significativa na apuração da Despesa Total com Pessoal (DTP) para fins de verificação dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesta nova edição, os contratos com Organizações Sociais (OS) foram excluídos da base de cálculo da DTP. Em março de 2026, a despesa acumulada em 12 meses totalizou **R\$ 18,21 bilhões**. Considerando a Receita Corrente Líquida Ajustada para limites de DTP de R\$ **45,95 bilhões** no período, o índice DTP/RCL ficou em **39,62%**. Este resultado situa o Estado abaixo do Limite de Alerta (**43,74%**).

* Valores representam uma estimativa.

Disponibilidade de Caixa

Disponibilidade de Caixa Bruta e Líquida - Apenas Executivo

7,90 Bi

Realizado em março

DISP. CAIXA LÍQUIDA CUTE 2026

11,51 Bi

Realizado em março

DISP. CAIXA LÍQUIDA CUTE 2025

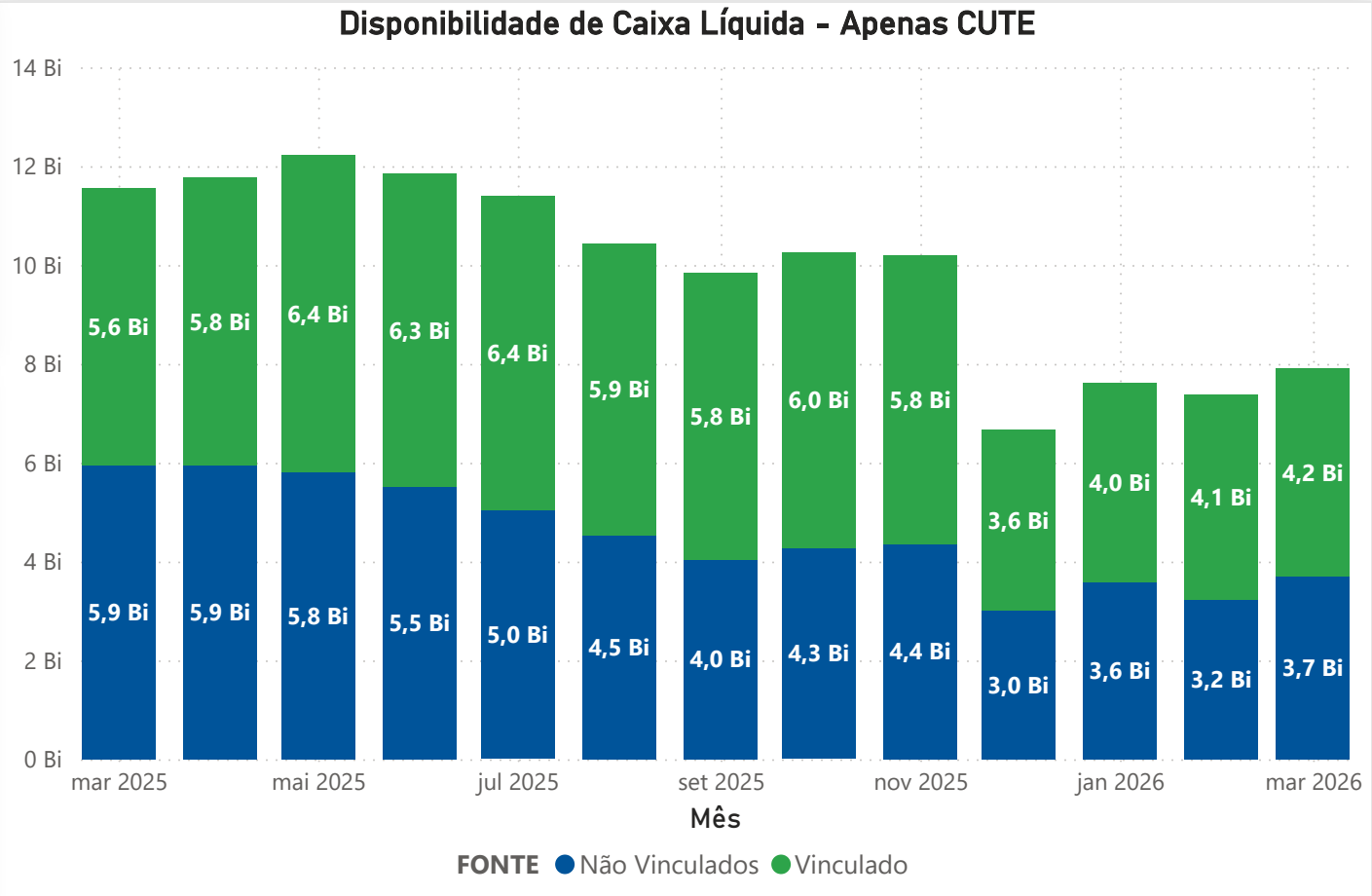
-31,38%

VARIAÇÃO (%)

FONTE	Disponibilidade de caixa bruta (a)	Disponibilidade Caixa bruta fora CUTE (b)	Restos a Pagar (c)	Outras Obrigações Financeiras (d)	Disp. de caixa líquida da CUTE (a-b-c-d)
Vinculado	8.021,15 Mi	2.618,14 Mi	840,46 Mi	354,73 Mi	4.207,80 Mi
Não Vinculados	4.433,20 Mi	123,10 Mi	546,07 Mi	74,65 Mi	3.689,38 Mi
Total	12.454,35 Mi	2.741,24 Mi	1.386,53 Mi	429,39 Mi	7.897,19 Mi

O painel apresenta a Disponibilidade de Caixa Bruta e Líquida do Poder Executivo no período de março de 2026. A Disponibilidade de Caixa Bruta alcançou **R\$ 12,45 bilhões**. Após a dedução da parcela fora da Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE) **R\$ 2,74 bilhões**, dos Restos a Pagar **R\$ 1,39 bilhões** e de outras obrigações financeiras **429,39**, a Disponibilidade de Caixa Líquida da CUTE totalizou **R\$ 7,90 bilhões**.

Além disso, observa-se que a Disponibilidade de Caixa Líquida apresentou uma redução de **-31,38%** em relação ao mesmo período do ano anterior, quando totalizava **R\$ 11,51 bilhões**.





DANIEL ELIAS CARVALHO VILELA

Governador do Estado de Goiás

RENATA LACERDA NOLETO

Secretário de Estado da Economia

ALYNE ANTEVELI OSAJIMA

Secretária-Adjunta

WEDERSON XAVIER DE OLIVEIRA

Subsecretário do Tesouro Estadual

JULIANA CAMILO MANZI PORTO

Superintendente Financeira

PAULO ROBERTO SCALCO

Gerente de Projeções e Análises Fiscais

MÁRIO MENDES BARBOSA JÚNIOR

Subsecretário Central de Orçamento

WAYSER LUIZ PEREIRA

Subsecretário da Receita Estadual

DEIBE PAIVA LIMA

Superintendente de Informações Fiscais

MARCELO DE MESQUITA LIMA

Superintendente de Controle e Auditoria

FABIANO GOMES DE PAULA

Superintendente de Recuperação de Créditos

GUSTAVO HENRIQUE DOS REIS CARDOSO

Superintendente de Fiscalização Regionalizada

MARINA TORRES PACHECO

Gerente de Integração e Análise de Dados

FERNANDO CÉSAR GANZER

Gerente de Combustíveis

NIXON WANDER GENTIL RAMALHO

Gerente de Substituição Tributária

HELBER RICARDO DE OLIVEIRA

Gerente de Auditoria de Indústria e Atacado

ROBERTO GONÇALVES DE CASTRO

Gerente de Auditoria de Varejo e Serviços

MÁRCIO ANDRÉ MARTINS DOS SANTOS

Gerente de Auditoria das Operações de Comércio Exterior e SUFRAMA

RODRIGO DE PAULA SILVA

Gerente do ITCD

JORGE ARÊAS DIMARIA DA SILVA

Gerente do IPVA

EQUIPE TÉCNICA

Jorge Henrique Barros Lemos – GIAD

Leandro Bueno Chaves - GIAD

Ramon Raito Philot Mathias - GIAD

Graciela Aparecida Profeta - GEPAF

Luiz Batista Alves - GEPAF

Natanael Soares Leite – GEPAF

Raphael Maciel de Lima – GEPAF



**Secretaria de
Estado da
Economia**

